

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

UÊGYLLA KEITILLY MAURICIO DA SILVA

ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: O papel da
espiritualidade na mudança valorativa

JOÃO PESSOA

2017

UÊGYLLA KEITILLY MAURICIO DA SILVA

ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: O papel da
espiritualidade na mudança valorativa.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba para a obtenção do título de mestre em Ciências das Religiões.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Antônio Avellar de Aquino.

Área de Concentração: Ciências Sociais da Religião.

Linha de Pesquisa: Espiritualidade e Saúde.

JOÃO PESSOA

2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Uêgylla Keitilly Mauricio da.
Adolescentes em medida socioeducativa de internação: o papel da espiritualidade na mudança valorativa / Uêgylla Keitilly Mauricio da Silva. - João Pessoa, 2017.
109 f. : il.

Orientador: Dr. Thiago Antônio Avellar de Aquino.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE/PPGCR

1. Ciências das religiões. 2. Medida socioeducativa.
3. Espiritualidade. I. Título.

UFPB/BC

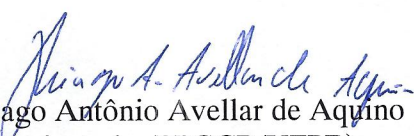
CDU - 279.224(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

*“ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: O PAPEL
DA ESPIRITUALIDADE NA MUDANÇA VALORATIVA”*

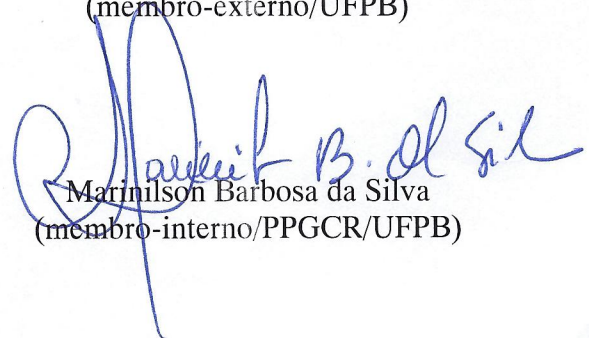
Uêgylla Keitilly Mauricio da Silva

Dissertação apresentada à banca examinadora constituída pelos seguintes professores:


Thiago Antônio Avellar de Aquino
(orientador/PPGCR/UFPB)


Karen Guedes Oliveira
(membro-externo/F.M. NASSAU)


Carmen Walentina Amorim Gaudêncio Bezerra
(membro-externo/UFPB)


Marililson Barbosa da Silva
(membro-interno/PPGCR/UFPB)

Aprovada em 20 de julho de 2017.

*Dedico tudo o que tenho, tudo o que sou,
Àquele que é exaltado acima de tudo. Ao
Criador, ao meu Senhor e Rei, ao Deus eterno,
que faz tudo conforme a Sua vontade.*

*“Ó profundidade das riquezas, tanto da
sabedoria, como da ciência de Deus! Quão
insondáveis são os seus juízos, e quão
inescrutáveis os seus caminhos! Por que quem
compreendeu a mente do Senhor? Ou quem foi
seu conselheiro? Ou quem lhe deu primeiro a
ele, para que lhe seja recompensado? Porque
dele e por ele, e para ele, são todas as coisas;
glória, pois, a ele eternamente. Amém”.*

Romanos 11:33-36

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa é concluída e, em meio a tantas dificuldades, não faltaram palavras de incentivo e carinho do meu amado esposo Gilvan. Muito obrigada por sonhar esse sonho comigo.

A lembrança de minha mãe, Euda (*in memorian*), que empreendeu todos os esforços para que eu tivesse uma educação de qualidade e o exemplo deixado pelo meu pai, Reginaldo (*in memorian*) que, frequentemente, se dedicava aos livros, sem dúvida, foram motivadores nessa empreitada.

Ao meu amado irmão Uégillys Keyllor, a quem eu agradeço e lembro o quanto o amo, com amor ilimitado.

Ao meu querido orientador Professor Dr. Thiago Antônio Avellar de Aquino, sou imensamente grata por toda a dedicação e empenho na realização desse trabalho.

Agradeço aos amigos, que foram presentes nos momentos mais difíceis.

Minha gratidão a toda a minha família, por festejarem comigo essa vitória.

Muito grata também, à querida professora Amelia, que sempre me incentivou.

Sou grata pelo carinho dos companheiros de luta do CSE, guerreiros que não medem esforços para que a medida socioeducativa de internação cumpra a sua função, com excelência.

Aos adolescentes, que participaram da pesquisa a minha gratidão; sem eles, nada seria possível.

*“Se exigimos do homem o que ele deve ser,
faremos dele o que pode ser. Se, pelo
contrário, o aceitamos como é, então
acabamos por torna-lo pior do que é”
(FRANKL, 2003, p. 14).*

RESUMO

SILVA, Uêgylla Keitilly Mauricio da. **ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: O papel da espiritualidade na mudança valorativa.** 2017, 109p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Pró-Reitoria de Pós Graduação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

O presente estudo teve por objetivo analisar o papel da espiritualidade na mudança valorativa de adolescentes em medida socioeducativa de internação. Para tanto, foi realizada uma intervenção tendo em conta a busca do sentido da vida como descrita pela logoterapia e pela análise existencial, utilizando-se do método dialógico. Como instrumento para a avaliação dos resultados foram utilizados um questionário sociodemográfico e o Questionário dos Valores Básicos. Para o desenvolvimento da pesquisa de campo participaram vinte adolescentes, que estão cumprindo medida socioeducativa de internação na cidade de João Pessoa, desses, 30% cursava o 6º ano do Ensino Fundamental, 35% o 7º ano do Ensino Fundamental, 25% o 8º ano do Ensino Fundamental, 10% o 1º ano do Ensino Médio. No que se refere à religião, 40% afirmaram não possuir religião, 5% não responderam e 55% afirmaram possuir alguma religião, entre esses, 36,4% se autodeclararam católicos e 63,6% evangélicos. Na intervenção, os participantes foram divididos em um grupo experimental (GE) e um grupo controle (GC), os adolescentes do GE participaram de dez encontros, onde foram discutidos temas existenciais, ambos os grupos realizaram pré e pós-testes. Para a análise quantitativa foi utilizado o teste “t” para medidas repetidas. Pôde-se observar, na avaliação qualitativa do processo, uma maior autoconsciência no que diz respeito à direção e ao sentido da vida decorrente das reflexões proporcionadas pela intervenção. No que se refere à avaliação do resultado, constatou-se que os adolescentes que participaram da intervenção apresentaram um decréscimo nos escores médios da subfunção valorativa realização.

Palavras-chave: Adolescentes. Medida Socioeducativa. Espiritualidade.

ABSTRACT

SILVA, Uêgylla Keitilly Mauricio da. **ADOLESCENTS IN SOCIOEDUCATIVE MEASUREMENT OF INTERNATIONAL: The role of spirituality in the value change.** 2017, 109p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Pró-Reitoria de Pós Graduação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

The present study had the objective of analyzing the role of spirituality in the value change of adolescents in socioeducative measure of hospitalization. For that, an intervention was made taking into account the search for the meaning of life as described by logotherapy and existential analysis, using the dialogical method. As a tool for the evaluation of the results, a sociodemographic questionnaire and the Basic Values Questionnaire were used. For the development of field research, twenty adolescents were approached, who are fulfilling a socio-educational measure of hospitalization in the city of João Pessoa, of which 30% attended the 6th year of Elementary School, 35% of the 7th year of Elementary School, 25% Year of Elementary School, 10% of the 1st year of High School. Regarding religion, 40% said they did not have a religion, 5% did not respond and 55% claimed to have some religion, 36.4% declared themselves to be Catholics and 63.6% were evangelicals. In the intervention, the participants were divided into an experimental group (GE) and a control group (CG), the adolescents of the GE participated in ten meetings, where they discussed existential themes, both groups performed pre and posttests. For the quantitative analysis, the "t" test was used for repeated measures. In the qualitative evaluation of the process, it was possible to observe a greater self-consciousness regarding the direction and meaning of life resulting from the reflections provided by the intervention. Regarding the evaluation of the result, it was found that the adolescents who participated in the intervention presented a decrease in the mean scores of the valued performance subfunction.

Keywords: Adolescents. Socio-Educational Measure. Spirituality.

LISTA DE SIGLAS

ABMP	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MAGISTRADOS E PROMOTORES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
CONANDA	CONSELHO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES
DST/AIDS	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMITIDAS/SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FONACRIAD	FÓRUM NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
FUNABEM	FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM ESTAR DO MENOR
SGD	SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS
SINASE	SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
UNICEF	FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Fachada de Muro no Bairro das Indústrias, João Pessoa, PB	34
FIGURA 2 – Representação do “passado”, “presente” e “futuro”	68
FIGURA 3 - Representação gráfica das subfunções valorativas (Grupo Experimental)	69
FIGURA 4 - Representação gráfica das subfunções valorativas (Grupo Controle)	71

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Descrição do Programa de Intervenção	51
TABELA 2 - Frequência de respostas: O que os outros falam a meu respeito?	53
TABELA 3 - Frequência de respostas: Quem eu sou?	54
TABELA 4 – Frequência de respostas: O que me tira do alvo?	55
TABELA 5 – Frequência de respostas: Qual é o meu alvo?	56
TABELA 6 – Frequência de respostas: Eu não sou livre de:	58
TABELA 7 – Frequência das repostas: Eu sou livre para.	69
TABELA 8 - Frequência das respostas: O que estou fazendo?	60
TABELA 9 - Frequência das respostas: O que devo fazer?	61
TABELA 10 - Frequência das respostas: Minhas qualidades e meus defeitos	63
TABELA 11 – Frequência das respostas: Qual a sua maior dificuldade?	64
TABELA 12 – Frequência das respostas: O que você pode fazer para superar?	65
TABELA 13 – Médias e Desvio Padrão das Subfunções Valorativas no Pré e Pós Teste (Grupo Experimental)	70
TABELA 14 – Médias/Desvio Padrão das Subfunções Valorativas no Pré e Pós Teste (Grupo Controle)	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PERCURSO HISTÓRICO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	16
2.1	A LEGISLAÇÃO MENORISTA	16
2.2	O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)	19
2.3	O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)	23
3	O ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	27
3.1	O ADOLESCENTE	27
3.2	O ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	30
4	A ESPIRITUALIDADE COMO BUSCA DO SENTIDO DA VIDA ..	35
4.1	CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA RELIGIÃO: Religiosidade e Espiritualidade	35
4.2	LOGOTERAPIA E SENTIDO DA VIDA	37
4.3	VALORES HUMANOS E SENTIDO DA VIDA	41
5	ESTUDO EMPÍRICO	46
5.1	MÉTODO	46
5.1.1	Tipo de Pesquisa	46
5.1.2	Descrição do Programa de Prevenção ao Vazio Existencial	46
5.1.3	Instrumentos para Coleta de Dados	47
5.1.4	<i>Locus</i> do Estudo	47
5.1.5	Participantes	48
5.1.6	Procedimentos Éticos	49
5.1.7	Procedimentos para Análise dos Dados	49
5.1.8	Procedimentos para a Intervenção	50
5.2	AVALIAÇÃO DO PROCESSO E VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS	51
5.2.1	Avaliação do Processo de Intervenção	51
5.2.1.1	<i>A Dimensão do Espírito Humano</i>	52
5.2.1.2	<i>Vontade Sentido</i>	55
5.2.1.3	<i>Liberdade e Responsabilidade</i>	57

5.2.1.4	<i>Autotranscendência</i>	60
5.2.1.5	<i>Conformismo e Totalitarismo</i>	61
5.2.1.6	<i>O Valor e a Dignidade do ser Humano.....</i>	62
5.2.1.7	<i>“Dizer Sim à Vida Apesar de Tudo”</i>	64
5.2.1.8	<i>O Suprassentido</i>	66
5.2.1.9	<i>A Descoberta do Sentido</i>	66
5.2.1.10	<i>Projeto de Vida</i>	67
5.3	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO	69
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	76
	APÊNDICES	82
	ANEXOS	84

1 INTRODUÇÃO

A problemática do adolescente, em medida socioeducativa, ganha relevância no cenário atual, diante das discussões a respeito da maioridade penal. A Constituição Federal Brasileira (CFB, 1988) estabelece a inimputabilidade dos menores de dezoito anos, que respondem pelos seus atos por uma legislação especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei 8.069/90 (BRASIL, 1990). A maioridade penal a partir dos dezoito anos presume que as pessoas, antes dessa idade, ainda não atingiram a plena capacidade de entendimento e autodeterminação, motivo pelo qual não podem estar sujeitas às penas regidas pelo Código Penal.

Segundo o ECA (BRASIL, 1990), considera-se ato infracional, a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Ao adolescente, que praticou ato infracional, são previstas as seguintes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento socioeducativo.

A medida de internação em estabelecimento socioeducativo é a mais severa porque implica em privação de liberdade. No estado da Paraíba, a instituição responsável pela medida privativa de liberdade, prevista no Estatuto é a Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” (FUNDAC).

Conforme o artigo 122, da referida Lei, a medida de internação só poderá ser aplicada quando: “tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anterior imposta” (BRASIL, 1990).

O presente estudo surge da inquietação da pesquisadora, que é colaboradora de uma unidade socioeducativa de internação em João Pessoa-PB, e deseja cooperar com ações efetivas para que a medida socioeducativa cumpra o seu papel.

Segundo dados da FUNDAC, no mês de agosto de 2016, havia o quantitativo de cento e setenta e nove adolescentes, em medida socioeducativa de privação de liberdade, no município de João Pessoa, entre doze e dezoito anos, no Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE); no Centro Educacional do Jovem (CEJ), com jovens entre dezoito e vinte e um anos, eram cento e quarenta e quatro socioeducandos; e, na Casa Educativa - a única unidade feminina do estado - estavam vinte e oito adolescentes em medida provisória e de internação.

Os adolescentes, que cometem ato infracional, em sua maioria, estão vinculados a algum grupo ou alguma facção. No estado da Paraíba, há dois grupos rivais, denominados: “Estados

Unidos” e “Okaida”, siglas usadas para identificar cada grupo, como dito pelos adolescentes EUA e OKD. Os adolescentes, participantes desses grupos, apresentam comportamentos arraigados na violência, o que produz um clima de insegurança dentro da instituição, prejudicando as ações educativas, minimizando o efeito pedagógico da medida socioeducativa. Tal situação tem sido assim descrita:

Assim, quando o adolescente chega à unidade de internação, ele é questionado sobre a que facção pertence e é posto na ala correspondente, com a justificativa de evitar conflitos entre eles. Essa separação ocorre também nas atividades, como na escola e oficinas: segundo os diretores, há sempre o cuidado de separar adolescentes de facções rivais (PLANO DECENAL, 2014, p. 34).

A disputa por liderança, por domínio nos pontos de vendas de drogas e autoridade são alguns dos motivos que levam às agressões entre adolescentes de grupos rivais. A formação desses grupos, em função de seus atos delituosos, corrobora com a crescente violência divulgada pela mídia. As taxas de violência são confirmadas pelo mapa da violência (2014), o qual revela que, na década de 2002 a 2012, o número de homicídios elevou-se, consideravelmente, em todas as regiões, exceto no sudeste. Na região norte, por exemplo, os números eram de 2.937, em 2002, já em 2012 passaram para 6.098 homicídios. O nordeste quase duplicou a sua taxa, em relação a 2002; a Paraíba é um dos estados que se destacaram, negativamente, nessa região (WAISEFISZ, 2014).

No que se refere, especificamente, à violência cometida por adolescentes, em 2012, apenas 11% dos adolescentes, que cumpriam medida socioeducativa de privação de liberdade, cometeram atos infracionais “graves” como latrocínio e homicídio. No entanto, a situação é preocupante, pois, segundo o mapa do encarceramento (BRASIL, 2015), em 2011, a taxa nacional de adolescentes cumprindo medida restritiva de liberdade era de 95 adolescentes para cada 100 mil habitantes, o que contabiliza 19.595 adolescentes; em 2012, esse número passa para 100 adolescentes por 100 mil habitantes, ou seja, 20.532 adolescentes.

Os dados sugerem números crescentes, no que se refere a adolescentes apreendidos. Vale ressaltar que os números, acima citados, se referem tão somente à medida socioeducativa restritiva de liberdade. Em se tratando de nordeste, em 2011, o total de medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade eram de 3.535; em 2012, esse número passou para 4.339. Especificamente, no estado da Paraíba, em 2011, era de 309, e em 2012, o número passou para 426 (BRASIL, 2015).

Outra referência importante é oferecida pelo índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial (BRASIL, 2015). O estado com maior valor na escala de violência e desigualdade racial (IVJ) é o Alagoas (0,608), seguido da Paraíba (0,517), Pernambuco (0,506) e Ceará (0,502). Os estados supracitados apresentam uma alta vulnerabilidade juvenil à violência.

Nessa perspectiva, a adolescência, cada vez mais, encontra-se em contato direto com a violência, quer seja por omissão (falta de garantia dos direitos básicos, como: alimentação, educação, emprego), ou por ação (autor de ato infracional). Esses dois construtos: omissão/ação tornam-se um ciclo a perpetuar a violência. O adolescente ocupa o lugar de vítima, como também de agressor. Verifica-se que o contexto social dos jovens, que são vítimas de violência, é similar à realidade daqueles que se tornam autores de violência (ZAPPE; DIAS, 2010).

Diante desse cenário, surge a inquietação de encontrar “caminhos” que contribuam para que a medida de privação de liberdade seja eficaz, e, de fato, socioeducativa. A espiritualidade pode corroborar nesse sentido. Segundo Frankl (2011) é na dimensão espiritual, ou como denominada por ele, na dimensão noética, que os eventos, tipicamente humanos, originam-se. Nessa dimensão, o indivíduo é capaz de posicionar-se diante das limitações biológicas e psicológicas, podendo transpor os condicionamentos, dando assim, novos contornos à sua existência.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho foi analisar o papel da espiritualidade na mudança valorativa de adolescentes em medida socioeducativa de internação. Para uma melhor compreensão acerca do sistema socioeducativo, no primeiro capítulo, realizou-se uma retrospectiva histórica do sistema socioeducativo, partindo da legislação de 1927, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), até o SINASE (2012). O segundo capítulo trata da contextualização sobre o ser adolescente e o adolescente em medida socioeducativa, e são apresentados dados e uma série de estudos quantitativos e qualitativos com adolescentes em medida socioeducativa.

O terceiro capítulo destina-se aos conceitos de religião, religiosidade e espiritualidade, como também a aspectos sobre o sentido da vida a partir da logoterapia e sobre os valores, por meio da teoria funcionalista dos valores humanos. O quarto capítulo dedica-se à discussão do estudo empírico – resultado da pesquisa de campo – e à descrição do projeto de intervenção, além dos resultados e discussões dos resultados encontrados, partindo da avaliação do processo e da eficácia da intervenção.

2 PERCURSO HISTÓRICO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Esse capítulo versa sobre o marco histórico e institucional da ação política estatal sobre crianças e adolescentes, partindo da primeira legislação menorista do Brasil, até os dias atuais, com o Estatuto da Criança e do Adolescente; dessa forma, aborda o conhecimento do longo percurso histórico, que foi seguido, até se chegar ao modelo legal de socioeducação, que existe, atualmente.

2.1 A LEGISLAÇÃO MENORISTA

Para chegar ao modelo de socioeducação, que temos hoje, observam-se o desenrolar de processos, mudanças, retrocessos e avanços. A infância, desde o regime monárquico, foi concebida como objeto de preocupação, por parte de alguns da elite brasileira, em especial, a criança oriunda das camadas populares, pois se compreendia que essa poderia ser um problema - como um possível promotor de desordem, ou a solução - caso fosse educada, uma vez que serviria aos interesses da nação (RIZZINI, 2011).

Segundo Fachinetto (2008), em 1554, surge, em São Paulo, o Colégio de Catecúmenos destinado aos órfãos vindos de Portugal e aos mestiços da região. Dessa forma, a população de crianças, no Brasil, durante séculos, foi relegada, sendo atendida, absolutamente, por entidades religiosas limitadas pela ação caritativa aos desabrigados e abandonados, sem qualquer interferência legislativa e política. A criança era uma parte da população considerada não relevante que, diante de alguma situação de transgressão, era penalmente tratada como um adulto, sem as mínimas condições de salubridade ou de direitos.

No começo do século XX, surge uma série de movimentos motivados pela ideia de uma justiça voltada apenas para crianças e adolescentes. As práticas de contenção são duramente criticadas, sinalizando a necessidade de serem substituídas por práticas educativas. Tal concepção nasce na América do Norte, com o primeiro tribunal para crianças, em 1899, em Chicago (*Children's Court*) e se alastra por diversos países da Europa, chegando à América Latina nas primeiras décadas do século XX (RIZZINI, 2011).

No entanto, a nova concepção tem o antigo objetivo de: formar indivíduos úteis, produtivamente, e prevenir a formação de possíveis ociosos e viciados - tão maléficos para a sociedade. Segundo Rizzini, “No discurso de proteção à infância estava embutida a proposta de defesa da sociedade - defesa contra a proliferação de vagabundos e criminosos, contra a

instauração da indisciplina e da desordem, que não correspondiam ao avanço das relações capitalistas em curso” (2011, p. 132).

A primeira legislação menorista no Brasil - o Código de Menores (1927) é de autoria de José Cândido de Mello Mattos, advogado, promotor público, que, no início do século XX, tornou-se deputado federal e participou de vários projetos de lei, entre eles, a proposição da Lei de Assistência e Proteção aos menores abandonados e delinquentes. Mello Mattos ficou, popularmente, conhecido como “apóstolo das crianças” e foi o primeiro a ser constituído como Juiz de Menores (RIZZINI, 2011).

O Decreto 17.943-A, de autoria de Mello Mattos, foi promulgado em 12 de outubro de 1927, e se tornou o Primeiro Código de Menores da América Latina. Segundo Rizzini (2011), o Código é uma lei detalhada, que orienta, de forma meticulosa, as atribuições do Juiz de Menores, como também todas as situações, que eram cabíveis ao Juizado de Menores.

Segundo Fachineto (2008), o Código Mello Mattos discrimina os menores em: abandonados, vadios, mendigos e libertinos. Presume que o menor abandonado, pervertido, ou que estivesse em perigo de o ser, poderia ser encaminhado para sua colocação em asilo, casa de educação, escola de preservação, ou o confiaria à pessoa idônea, por todo o tempo necessário à sua educação, contanto que não ultrapassasse a idade de vinte e um anos.

Apesar dessa distinção, todos recebiam o mesmo tratamento. Segundo Rizzini (2011), o termo “ou em perigo de o ser” constituía-se em uma possibilidade para colocar, a mercê da ação judicial, qualquer menor, quer seja apenas por uma mera suspeita ou desconfiança. Diante dessa gama de possibilidades, o número de institucionalizados ganhou um quantitativo exorbitante. Destarte, nem as instituições estatais, nem as que prestavam serviço à população pobre, em aliança com o governo, conseguiram absorver essa demanda (FACHINETO, 2008).

Com o governo Getúlio Vargas, a infância ganhou destaque e ações, no âmbito legislativo e administrativo, foram concretizadas. De acordo com Fachineto (2008), o objetivo era solucionar os problemas de outrora e propiciar maior proteção à infância, que, a partir desse momento, passou a se distinguir entre duas categorias: o menor e a criança. A primeira permaneceu sob a esfera policial-jurídica e a segunda sob a assistência médica-educacional.

Em 1941, surge o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), tendo como público alvo o menor delinquente. O SAM passou a gerir os centros estaduais, federais e particulares de internação desses menores encaminhados pelos Juizados de Menores. Esses estabelecimentos, entretanto, atuavam com práticas puramente repressivas, sem qualquer atividade educacional.

Devido às péssimas condições, às quais os internos eram submetidos, nas instituições geridas pelo SAM, seus estabelecimentos eram, popularmente, conhecidos como “Internato dos

Horrores”, “Escola do Crime”, “Fábrica de Criminosos”, “Sucursal do Inferno”, “Fábrica de Monstros Morais”, “Presídios de Menores”, “SAM – Sem Amor ao Menor” (FACHINETTO, 2008).

As graves denúncias a esse serviço ganharam destaque na sociedade civil e no meio político, como diz Zamora (2005):

O diretor do SAM, no período de 1955 a 1956, deixou um extenso relato acerca dos escândalos que cercavam os estabelecimentos do serviço [...] nas instituições de “transviados” e “trasviadas”, denominação que quase suplantou a de “delinquentes”, Nogueira Filho encontrou todo tipo de transgressão, exploração de menores para fins ilícitos como roubos e prostituição (feminina e masculina), castigos corporais e suplícios os mais diversos (ZAMORA, 2005, p. 20).

Após anos de denúncias, o SAM foi extinto e surgiu a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), como resultado da Política Nacional de Bem Estar do Menor - Lei 4.513/64 – de caráter assistencialista, tendo, como executores estaduais, as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMS), mas, de acordo com Espíndola (2014), as práticas repressivas do SAM estavam apenas com outra roupagem. A FUNABEM surge com o objetivo de pôr ordem na situação, que se apresentava incontrolável, para dar uma satisfação à sociedade.

Nos primeiros anos desse modelo, aparentemente os resultados eram promissores, principalmente quanto à construção de novos estabelecimentos e à reestruturação física e humana daqueles já existentes, ocorrendo sensível melhora nas condições concretas de atendimento à população-alvo, com a realização de investimentos financeiros significativos à interiorização do PNBEM nas cinco regiões do Brasil, sendo criadas estruturas administrativas semelhantes nos Estados (FACHINETTO, 2008, p.28).

Nos anos de 1970, movimentos sociais, defensores de crianças e adolescentes, começaram a disseminar a concepção de que crianças e adolescentes eram detentores de direitos. A dinâmica de assistência prestada pelas FUNABEMS entrou em debate e as fragilidades dessas instituições ficaram evidentes. O resultado foi a transferência da FUNABEM para o Ministério da Previdência e Assistência Social, onde permaneceu até o final de seus dias.

Em meio a esse arcabouço, em 1979, é aprovada a Lei 6.697/79 - o Código de Menores. Sob a égide da doutrina da situação irregular, a nova legislação via a pessoa abaixo de dezoito anos como objeto de ordenamento jurídico, não apenas penal, mas também aqueles que viviam em “situação irregular”, ou seja, fora dos padrões sociais. Dessa forma, um elevado número de

crianças e adolescentes, das classes menos favorecidas, continuava sendo institucionalizada (RIZZINE, 2004).

No que se referem ao atendimento, todos eram institucionalizados no mesmo ambiente: tanto os autores de delitos como os abandonados e carentes. O Juiz de Menores determinava a privação da liberdade, sem limitação de tempo, tanto para o autor de infração quanto para os desprotegidos. Apenas um pouco mais de 3% desses pertencia à categoria de menor infrator. As instituições tornaram-se um depósito de paupérrimos (FACHINETTO, 2008).

Conforme Veronese e Lima (2009), no que concerne a total negligência e desrespeito pela qual a infância foi tratada ao longo de séculos no nosso país:

A historiografia sociojurídica da infância e adolescência revela que esses grupos vulneráveis sempre foram alvos de toda forma de negligência, violência e opressão. Ao normatizar as relações sociais, as leis menoristas serviram para escamotear verdadeiras crueldades nos tratamentos dispensados à infância e juventude, em que o ser adulto sempre foi, nessa relação, aquele que tudo podia e a voz da autoridade. No Brasil, sobretudo, por mais de quatro séculos, milhares de crianças e adolescentes foram oprimidos na sua condição de ser humano (VERONESE; LIMA, 2009, p. 41-42).

Zamora (2005) assevera que a “sua clientela foi por vezes taxada de incorrigível, as instituições se mostraram verdadeiramente incorrigíveis, resistentes as mais renitentes tentativas de mudança”, salientando que a história das instituições, responsáveis em corrigir ou “educar” os desvalidos menores, se repetia a cada década (p. 29).

Observa-se que a infância sempre foi motivo para despertar preocupação, como também sempre sofreu com o descaso. A legislação específica, para essa parcela da população, que surgiu sob a pretensão de um tratamento especial, para crianças e adolescentes, continuou a reforçar o estigma da delinquência para com os filhos das camadas populares. Os desvalidos, os desnudos, os sem teto e os marginalizados, continuaram sem amparo, sem roupa, sem abrigo e à margem da sociedade.

2.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA

Em meados de 1980, novos paradigmas emergiram: crianças e adolescentes passaram a serem vistos como sujeitos de direitos. A institucionalização saiu de cena e ganhou foco as causas e as condições sociais do país. O movimento, em torno da garantia de direitos às crianças e adolescentes, ganhou força com a Constituição de 1988, que, nos artigos 227 e 228, cita uma síntese da Convenção Internacional do Direito das Crianças e dos Adolescentes. Esse público

é contemplado de forma holística. Em 1990, a política de proteção integral às crianças e adolescentes é ratificada com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (UNICEF, 2011).

A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Constituição de 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) formam um conjunto de conquistas legais, de grande relevância, para a infância e a adolescência. “Os adolescentes de hoje integram a primeira geração nascida sob a chamada revolução de prioridades” (UNICEF, 2011, p.14).

Zamora (2005) esclarece que o Estatuto da Criança e do Adolescente nasce em meio a uma cultura que, durante séculos, fez distinção entre crianças e menores; a primeira sendo aquelas provindas de famílias disciplinadas moralmente e seriam portadoras de direitos, enquanto que o segundo grupo seriam aqueles cuja família não quis, ou não foi capaz de educar – a estes eram destinadas as medidas de cunho repressivo.

Ferreira (2008) assevera que o termo “menor” é uma expressão pejorativa, por expressar algo pequeno, parte da população sem relevância (de menor), sendo, dessa forma, incompatível com o novo paradigma ratificado pelo Estatuto, que preconizava a criança e o adolescente como seres, que merecem um tratamento privilegiado. Sendo assim, ficam estabelecidos os vocábulos criança e adolescente - o primeiro, para os indivíduos de até doze anos e o segundo, para aqueles que estão entre doze e dezoito anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) parte de três princípios: a criança e o adolescente - como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento; a criança e o adolescente - na condição de sujeitos de direitos fundamentais e individuais; a criança e o adolescente - como prioridade absoluta (BAZILIO, 2011).

No modelo do Código de Menores, modelo esse assistencial-repressivo, permeava o entendimento de que a criança tinha deveres legais e que era de competência da autoridade, tão somente, punir o comportamento “desviante” dessa. Segundo a concepção da proteção integral contida no Estatuto, a criança é detentora de direitos, sendo de competência de a autoridade fazê-los cumprir (ZAMORA, 2005).

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) estabelece que os menores de dezoito anos sejam inimputáveis, ou seja, não estão sujeitos ao Código Penal, esses respondem pelos seus atos por uma legislação especial, contida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Segundo esse ordenamento jurídico, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Diante da prática de ato infracional, o adolescente está sujeito a uma medida socioeducativa, que possui natureza sancionatória, uma vez que

responsabiliza, judicialmente, o adolescente, e, sobretudo, uma natureza socioeducativa, pois o objetivo maior é a formação da cidadania (CONANDA, 2006).

Volpi (2015) sinaliza que, segundo o Estatuto, “o adolescente infrator como uma categoria jurídica, passando a ser sujeito dos direitos estabelecidos na doutrina da proteção integral, inclusive do devido processo legal” (p. 18). No antigo Código de Menores e na Política de Bem Estar do Menor, o adolescente era privado de liberdade. No escopo geral, eram considerados como “delinquentes” e sem garantia de direitos básicos como: saúde, educação e profissionalização. O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tratar o adolescente infrator como uma categoria jurídica, maximiza as chances de ser aplicada justa medida socioeducativa, não seguindo critérios subjetivos e preconceituosos.

As garantias processuais, bem como a imprescindibilidade da presença do advogado em todos os atos do processo representam um enorme avanço frente aos revogados Códigos de Menores (1927 e 1979), uma vez que, para o antigo sistema, a presença do advogado era facultativa, prejudicando principalmente aquela parcela da população sem recursos financeiros para contratar profissional da área (VERONESE; LIMA, 2009, p. 35).

Veronese e Lima (2009) corroboram sinalizando o trinômio: liberdade, respeito e dignidade, como o escopo principal das medidas socioeducativas. Tais medidas são, essencialmente, pedagógicas e não punitivas, devem considerar a dignidade da pessoa humana e a condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento, proporcionando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, pois o objetivo é, sempre, a reinserção social.

O capítulo IV do Estatuto (ECA, 1990) dispõe sobre as medidas socioeducativas e a maneira como essas devem ser aplicadas, partindo da premissa da capacidade do adolescente em cumpri-la, da circunstância e da gravidade da infração. Diante da verificação da prática de ato infracional, o adolescente poderá receber as seguintes medidas, partindo da mais branda para a mais severa:

- ✓ Advertência – A advertência é uma repreensão verbal, que será reduzida a termo e assinada pelo adolescente e seus responsáveis, sendo executada pelo Juiz da Vara da Infância (art. 115º).
- ✓ Obrigação de reparar o dano – A autoridade competente poderá determinar que o adolescente conserte ou compense o dano causado a vítima (art.116º).

- ✓ Prestação de serviço à comunidade – Ao adolescente será determinada a realização de tarefas, sem fins lucrativos, de interesse geral. “Devendo ser atribuída, de acordo com as aptidões do adolescente, de modo a não prejudicar a frequência escolar ou a jornada normal de trabalho” (art. 117º).
- ✓ Liberdade assistida – É uma medida coercitiva, quando se verifica a necessidade de acompanhamento da vida social do adolescente. A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, poderá ser recomendada por entidade ou por programa de atendimento (art. 118º).
- ✓ Inserção em regime de semiliberdade – Essa medida socioeducativa, de forma mais ampla, pode substituir, em vários casos, a medida de internação, podendo ser usada como primeira medida ou como processo de transição para o meio aberto. “A semiliberdade contempla os aspectos coercitivos desde que afasta o adolescente do convívio familiar e da comunidade de origem; contudo, ao restringir sua liberdade não o priva do direito de ir e vir” (VOLPI, 2015, p. 32).
- ✓ Internação em estabelecimento educacional – É a medida mais severa, pois se constitui em privação de liberdade. O artigo 110º preconiza que nenhum adolescente pode ser privado de sua liberdade sem o devido processo legal dando garantias como: uma defesa feita por um advogado, de ser ouvido pela autoridade competente, de receber assistência jurídica gratuita e igual relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas para produzir provas à sua defesa, o que lhe é direito assegurado no artigo 111º do Estatuto.

Segundo o artigo 122º do Estatuto (ECA, 1990), a medida de internação só poderá ser aplicada quando: “Tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; Por reiteração no cometimento de outras infrações graves; Por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta”.

Alguns pontos devem ser considerados, no que tange à medida de internação (art. 121º, 122º):

Não poderá exceder o período de três anos; A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade; A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes; Durante o período da internação serão obrigatórias atividades pedagógicas; Não comporta prazo determinado, não podendo exceder a três anos, devendo ser reavaliada a sua manutenção, no máximo a cada seis meses.

Ao adolescente, em medida socioeducativa, podem ser aplicadas, concomitantemente, as medidas protetivas, conforme prescritas no artigo 101º. No que tange à medida socioeducativa de internação, são garantidos aos adolescentes todos os direitos constitucionais, apenas lhe é privado o pleno direito de ir e vir. Deve ser aplicada quando não houver outra medida mais adequada, tendo como princípio, a brevidade e a excepcionalidade (VOLPI, 2015).

Após vinte e seis anos de sua aprovação, o Estatuto (ECA, 1990) ainda não conseguiu firmar ações balizadas na doutrina da proteção integral para crianças e adolescentes. Em especial, àqueles que estão privados de sua liberdade, que vivenciam a fragilidade do Estatuto e antigos paradigmas que emergem na prática cotidiana (ZAMORA, 2005).

Segundo Zamora, para ter noção do alcance do Estatuto (ECA, 1990), se faz necessário observar como ele tem sido vivenciado na prática e diz que “A disciplina que nasce com o Estatuto não é a que ele proclama na letra estrita da lei, mas a que dele resulta na concretude dos fatos e dos sujeitos” (2005, p. 39).

Veronese e Lima (2009) asseveram que o sistema socioeducativo, conforme prescrito no Estatuto (ECA, 1990), caracteriza-se por um novo paradigma de superação das concepções autoritárias de defesa social e de caráter retribuído dos antigos códigos de menores de 1927 e de 1979, ao garantir direitos à crianças e adolescentes, inclusive aos que infringiram normas, e que, o mesmo proporciona opções de superação dos ciclos de violência, vulnerabilidade e exclusão social.

2.3 O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE

Sob a égide do Estatuto (ECA, 1990), surge o SINASE, de acordo com a resolução 119/2006, aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA), prevendo normas para padronizar os procedimentos jurídicos envolvendo os adolescentes envolvidos em algum ato infracional. Os parâmetros sinalizados pelo SINASE apresentavam-se como guia para o atendimento, desde a apuração, até a aplicação das medidas socioeducativas.

Fruto de uma construção coletiva, sua elaboração envolveu diversos protagonistas do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH/SPDCA), da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP), do Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FONACRIAD) e representantes de entidades, sociedade civil e poder público, que realizaram

encontros regionais em todo o país, todos requerendo melhores condições nas unidades de atendimento socioeducativo, e na “luta pelo fim das violências que envolvem adolescentes enquanto autores de ato infracional ou como vítimas da violação de direitos durante o cumprimento da medida socioeducativa” (GOMES, 2013a, p. 14).

Por ser apenas uma resolução, constituía-se, tão somente, como um direcionamento para os gestores. Apenas em 2012, foi aprovada a Lei Federal 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamentando a execução das medidas destinadas a adolescentes, que pratiquem ato infracional (SILVA, 2014). O SINASE constitui-se de um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, que envolvem a execução de medidas socioeducativas e deve ser entendido como uma política social de inclusão do adolescente autor de ato infracional.

O SINASE é um documento que visa promover uma ação educativa no atendimento ao adolescente, seja em meio aberto ou em casos de restrição de liberdade. Mas há que se ressaltar que esse instrumento jurídico-político dá preferência às medidas executadas em meio aberto, porque compreende que as medidas restritivas de liberdade, como a semiliberdade e a internação devem ser aplicadas em último caso, levando sempre em consideração os princípios da brevidade e da excepcionalidade (VERONESE; LIMA, 2009, p. 38).

Esse dispositivo legal aponta um direcionamento a toda ação socioeducativa, partindo da apuração do ato infracional ao cumprimento da medida, normatizando as diretrizes pedagógicas, o quadro quantitativo de profissionais (psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, entre outros), que devem atuar, em cada programa socioeducativo, como também, os parâmetros arquitetônicos das unidades socioeducativas.

A equipe de profissionais deve ser multidisciplinar, de atuação intra/intersectorial, em articulação com toda a rede de garantia de direitos, haja vista que os adolescentes, em medida socioeducativa, gozam de todos os seus direitos fundamentais (VERONESE; LIMA, 2009).

Tendo como premissa básica de se constituir parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos que evitem ou limitem a discricionariedade, o SINASE reafirma a diretriz do Estatuto sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa. Para tanto, este sistema tem como plataforma inspiradora os acordos internacionais sob os direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, em especial na área dos direitos da criança e do adolescente (CONANDA, 2006, p. 13).

Todas as entidades de atendimento ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, deverão orientar e fundamentar práticas pedagógicas em conformidade com as seguintes diretrizes (CONANDA, 2006, p. 47-49):

- ✓ Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios;
- ✓ Projeto pedagógico ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo;
- ✓ Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas;
- ✓ Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa;
- ✓ Exigências e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente, durante o atendimento socioeducativo;
- ✓ Diretividade no processo socioeducativo;
- ✓ Disciplina como meio para a ação socioeducativa;
- ✓ Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional;
- ✓ Organização espacial e funcional das Unidades de Atendimento Socioeducativo, que garantam possibilidade de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente;
- ✓ Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica;
- ✓ Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa;
- ✓ Formação continuada dos atores sociais.

Observa-se que o Brasil possui leis bem redigidas e ordenadas e que crianças e adolescentes estão bem assistidos, diante da doutrina da proteção integral. As medidas socioeducativas, no que tange a dispositivos legais, estão bem referendadas. No entanto, a implantação, efetiva, das mudanças preconizadas pelo Estatuto (ECA, 1990) e sinalizadas pelo SINASE (2012) não ocorrem, plenamente, como estão descritas no plano legal.

Além da obtenção do conhecimento e entendimento sobre tais diretrizes e parâmetros socioeducativos, é mister que as unidades responsáveis pela aplicação da medida estejam adequadas técnica e instrumentalmente para atingir tais objetivos. O SINASE deve subsidiar seu planejamento, sua tomada de decisão (GOMES, 2013a, p. 44).

Bazílio (2011) sinaliza que há um equívoco na implantação das medidas socioeducativas e que elas não estão cumprindo os efeitos desejados. Boa parte das instituições de internação encontra-se com o quadro de funcionários insuficiente, os programas de Liberdade Assistida não possuem investimentos suficientes e não se constituem como uma boa medida a ser aplicada.

As Medidas Socioeducativas, na prática, apresentam uma discrepância da doutrina da proteção integral ratificada pelo Estatuto (ECA), “cuja função precípua é orientar para que se assegurem condições adequadas ao pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, independentemente de sua situação jurídica” (COSTA, 2005, p. 80). Concomitantemente, as diretrizes propostas pelo SINASE ainda não estão consolidadas na aplicação das medidas socioeducativas.

De acordo com Gomes (2013a), no que se refere à corroboração do SINASE, na aplicação prática do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentro da medida socioeducativa, toda ação socioeducativa é orientada dando diretrizes do fazer e do como fazer, em cada programa, assim como estabelecendo as competências das três esferas governamentais.

O SINASE tem por objetivo único proporcionar que a medida socioeducativa cumpra o seu papel: promover a cidadania desses adolescentes, de forma que sejam responsabilizados pelos seus atos, tendo acesso à oportunidades de construir um novo projeto de vida.

Diante das considerações supracitadas, o próximo capítulo abordará questões sobre o adolescente e o adolescente em medida socioeducativa de internação. A depender da cultura, essa fase da vida, denominada adolescência, pode ou não existir. No que se referem ao adolescente em medida socioeducativa de internação, similaridades são encontradas, conforme os autores consultados.

3 O ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

A Organização Mundial de Saúde (OMS) compreende a adolescência dentro da faixa etária que se encontra entre os dez e os vinte e um anos (OMS, 1965). A Lei 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo segundo, tipifica criança, como sendo a pessoa até doze anos de idade incompletos; e adolescente como aquela entre doze e dezoito anos de idade. O presente capítulo aponta algumas considerações sobre o ser adolescente e o adolescente em medida socioeducativa.

3.1 O ADOLESCENTE

No Brasil, cerca de vinte e um milhões de pessoas encontram-se na faixa etária denominada adolescência (UNICEF, 2011). No capítulo anterior, foi observado que, durante décadas, a infância e a adolescência foram tratadas, com certo descaso. A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), crianças e adolescentes passaram a ser entendidos como sujeitos de direitos e uma diversidade de concepções envolvendo o conceito de “adolescência” passaram a influenciar, diretamente, nas ações direcionadas a essa população.

Adolescência e puberdade são conceitos imbricados, no entanto, se distinguem: o primeiro constitui-se socialmente; o segundo, um fenômeno restrito à esfera do biológico e, especificamente, às mudanças corporais. Puberdade deriva do verbo em latim “*pubescere*” “cobrir-se de pelos na região púbica” (GRIFFA; MORENO, 2011).

Luz (2015) corrobora, sinalizando que o termo “adolescência” tem sua origem no particípio presente do verbo em latim “*adolescere*”, que significa “crescer”. Essa fase pode ser compreendida como intermediária entre a infância e a idade adulta, sendo um fenômeno psicossocial que, na maioria das vezes, coincide com as transformações biológicas, próprias do período da puberdade, contribuindo com o pensamento de Avilla (2005) para quem esse momento é marcado por transformações físicas, psíquicas e emocionais.

Griffa e Moreno (2011) apontam três fases para a adolescência: adolescência inicial (entre 11 e 13 anos) - momento que coincide com as mudanças da puberdade, quando a atenção é voltada para a construção da identidade; a adolescência média (entre os 12 e 16 anos) - nessa fase o indivíduo distancia-se da família, unindo-se a grupos de pares, tendo, por objetivo, tornar-se independente. Nessa busca, atos de rebeldia contra autoridades são frequentes. “É uma fase de busca do sentido da vida, de descoberta de valores e de preocupação ética” (p. 19); a adolescência final ou alta adolescência varia de acordo com a inserção no mundo do trabalho e

a responsabilização no âmbito judicial. Nesse momento, vem à tona a preocupação com a vida profissional, a consciência e a responsabilidade com o futuro.

Para Frota (2007), a adolescência deve ser compreendida como um construto social e histórico, e, dessa forma, o ser adolescente ganha novo contorno, em cada época do tempo e em cada contexto específico. “Portanto, deve ser pensada para além da idade cronológica, da puberdade e transformações físicas que ela acarreta, dos ritos de passagem, ou de elementos determinados aprioristicamente ou de modo natural” (p. 11).

Desta maneira, o conceito de adolescência é compreendido sob o prisma de uma construção social e cultural e diz respeito à multiplicidade de formas como ela é vivenciada. Não se fala mais da adolescência, no singular, mas de adolescências, no plural, pois tal momento é vivenciado de forma diferente para cada um (UNICEF, 2011).

Conforme Dourado *et al* (2010), na sociedade ocidental, esse período, para o adolescente, é marcado por uma série de conflitos de identidade/papeis. Seria o tempo ideal para projetar planos vocacionais. Assim, a preocupação com o sentido da vida surge na adolescência, pois, com a maturidade cognitiva, a problemática essencial da existência humana culmina.

Aquino (2015) confirma sinalizando que, nessa fase da vida, as primeiras inquietações, no que concerne ao sentido da vida, podem ser frustradas. A busca por sentido, em alguns casos, é compensada por prazeres imediatos, como comportamentos de risco e o uso de substâncias psicoativas. Segundo o autor em tela, a frustração causada pela busca do sentido da vida pode levar à falta de tolerância, às agressões e até mesmo ao suicídio.

A busca por sentido, na adolescência, pode caracterizar-se pela busca constante de uma identidade própria. Deseja-se não apenas “assumir o seu lugar no mundo” como algo dado ou meramente cedido. O que se almeja é descobrir o “si mesmo” é conquistar o seu lugar como sujeito autêntico (GRIFFA; MORENO, 2011).

Descobrir o sentido da vida, encontrar o sentido profundo da realidade, não é tarefa fácil para o adolescente contemporâneo, para o qual a dificuldade representada pelas modas culturais que imperam, pretendendo atribuir a ele um papel passivo e uma visão superficial e hedonista das coisas, soma-se os impedimentos próprios de sua idade e a necessidade de se esforçar de modo pessoal (GRIFFA; MORENO, 2011, p. 36).

Características pejorativas, que são atribuídas, como padrão, à adolescência, contribuem para que essa fase da vida seja vista como problemática, tendo, na fase adulta, o sujeito ideal, com suas faculdades intelectuais e emocionais equilibradas, como também, aquele que é

produtivo. Para Araújo & Oliveira (2010), “posicionamentos como esses revelam uma cultura adultocêntrica, em que é valorizado o modelo de adulto produtivo, adaptado e ordeiro, enquanto os não adultos são marginalizados, objetos de menos-valia” (p. 172-173).

Corroborando com essa ideia, Fonseca & Ozella (2010), em pesquisa, examinam os sentidos construídos sobre adolescência, com suas implicações na prática de médicos e enfermeiros, integrantes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), ao observarem que os profissionais entendem a adolescência, sem suas singularidades, como “uma fase de desnorтеio, dificuldades, desencontros, confusão e vulnerabilidade, correspondendo ao modelo de adolescência social e culturalmente predominante, que nomeamos de visão universalizada, natural e patológica” (p. 414). Dessa forma, os profissionais envolvidos não procuram propostas que alcancem essa população. Os autores concluem que, se esses profissionais entendessem a “adolescência” como um construto social, e os “adolescentes” como sujeitos de direitos, passariam a incluí-los como prioridade.

Farias, Ferreira & Silveiras (2010) atribuem aos estudos da antropologia social uma nova ótica pela qual se deve compreender a adolescência. Segundo esses autores, os pesquisadores modernos fazem uma ligação entre os fatores biológicos, sociais, cognitivos, comportamentais e culturais para a compreensão da transição de uma etapa da vida para a outra, como, no caso, da adolescência para a fase adulta.

A adolescência pode ser um período de fragilidade, quando o indivíduo apresenta-se mais exposto a possíveis perigos. Segundo Luz (2015), nesse período de mudanças biopsicossociais, o adolescente pode não conseguir fazer as devidas distinções entre comportamentos de risco ou não, se tornando mais vulnerável a influências externas.

Dessa maneira, os indivíduos, dessa faixa etária, sofrem, mais fortemente, o impacto provindo da pobreza, da violência, da exploração sexual, da baixa escolaridade, da exploração do trabalho, da gravidez, das DST/AIDS, do abuso de drogas e da privação da convivência familiar e comunitária (UNICEF, 2011).

Segundo Morais *et al* (2010), a população, que se enquadra nessa fase da vida, era considerada de menor risco para adoecimento e morte, no entanto, com o decorrer dos anos se verifica um aumento considerável dessas taxas na adolescência. Tal situação pode ser atribuída ao aumento da violência, suicídios, acidentes e patologias decorrentes da falta de equipamentos de saúde básica.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) atribui a essa parcela da população, prioridade absoluta, partindo do princípio de que crianças e adolescentes fazem parte do escopo da pessoa humana em desenvolvimento, assegurando direitos que os

contemplam, de forma integral, garantindo o direito de ir e vir, de expressar opinião, de crença e culto, de brincar, praticar esportes, participar da vida familiar e comunitária, da vida política e buscar auxílio e orientação (ECA, art. 16º).

Para aproveitar esse momento, é fundamental reconhecer que os adolescentes são um grupo em si. Não são crianças grandes nem futuros adultos. Têm suas trajetórias, suas histórias. São cidadãos, sujeitos com direitos específicos, que vivem uma fase de desenvolvimento extraordinária. O que experimentam nessa etapa determinará sua vida adulta (UNICEF, 2011, p. 14).

Os adolescentes, sendo vistos por essa ótica, como cidadãos despidos de toda concepção reducionista, que envolve o conceito de adolescência, têm mais oportunidades em vivenciar suas potencialidades. No momento em que as perspectivas mudarem em torno do ser adolescente, surgirão novos contornos na dinâmica social.

3.2 O ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

As pesquisas a respeito da relação entre adolescentes e atos infracionais ganham, cada vez mais, relevância diante do cenário nacional e das recentes discussões, no que tange à maioria penal. Quando se fala em crime ou ato infracional, a ideia, que permeia, é de ser algo irremediável, arraigada na concepção de que tal situação é irreparável, de caráter perene. De acordo com Silva, “a maioria dos estudos empíricos produz um discurso que concebe a prática infracional como um acontecimento investido de um alto padrão de estabilidade e repetição” (SILVA, 2003a, p. 26).

Segundo Bazon *et al* (2011), na adolescência, o aparecimento da conduta infracional, devido à condição de sujeito em desenvolvimento, é mais propício. Assim, boa parte dos estudos em Criminologia Desenvolvimental é focada nessa fase da vida.

Formiga, Aguiar & Omar (2008) utilizam o termo “conduta delitiva”, referindo-se ao ato infracional, ou seja, ações que podem ser passíveis de punição, capazes de gerar danos graves. Os autores esclarecem que, condutas antissociais, caracterizadas pela transgressão de simples normas sociais, sem, contudo, causar danos físicos às outras pessoas (respeitar os colegas, jogar lixo na rua, entre outros) pode gerar uma conduta delitiva, posteriormente, se não forem inibidas porque ambas põe em risco o bem-estar das pessoas. No entanto, apresentam

consequências distintas: a conduta antissocial - como uma consequência mais branda ou inexistente, e as delitivas - de maior gravidade.

No que se refere às ações delitivas ou comportamento antissocial, Silva (2003a) autentica, problematizando a questão, pois, segundo a autora em tela, o que define um comportamento antissocial não é o ato em si, mas todo o contexto sociocultural que o circunscreve, a depender da cosmovisão de determinada população e do que lhe é atribuído acerca de valores e significados.

As infrações, em geral, começam entre a infância e a adolescência, diante da ausência de garantia dos seus direitos sociais básicos, e imbuídos pelos valores de uma sociedade, que exalta o consumismo, o ato infracional, para esses adolescentes, torna-se uma ação afirmativa e de inclusão social (IKUMA *et al*, 2013).

Segundo Griffa e Moreno (2011), o adolescente utiliza-se de identificações significativas na formação de sua identidade. A princípio, os pais, e, posteriormente, outras figuras são incorporadas: amigos, artistas e, até mesmo um agressor, pode tornar-se um modelo a ser desejado pelo adolescente. Nesse sentido, essa busca por uma identificação/identidade pode tornar-se negativa, na medida em que não se encontram identificações positivas.

A prática de ato infracional não pode ser vista, apenas, por um fator de forma isolada. Ao reduzir tal problemática a um único denominador, incorre-se no erro de uma análise simplista e superficial. Dessa forma, se faz necessário a interdisciplinaridade, nos estudos referentes ao enfrentamento desse fenômeno social. Partindo desse entendimento, equipes multidisciplinares formam o quadro de profissionais, que atuam nos serviços de atendimento para adolescentes em conflito com a lei (ZAPPE; DIAS, 2010).

Jost (2010) sinaliza que a problemática envolvendo adolescentes em atos infracionais deve ser considerada a partir das inúmeras variáveis que o constitui, não podendo ser compreendida por apenas uma ótica e faz uma crítica:

Contudo, os estudos sobre a questão tendem a oscilar entre um psicologismo e um sociologismo, posicionamentos dicotômicos que, ou encarceram o indivíduo na sua história pessoal, culpabilizando-o e jogando contra ele a sociedade ou o aprisionam a uma situação de classe, enterrando a responsabilidade pessoal e a autonomia sob o jugo do todo social cristalizado, tornando o indivíduo vítima de uma sociedade injusta, o que exige, de sua parte, uma retaliação (JOST, 2010, p. 99).

Para chegar à raiz do problema, precisa-se entender a motivação, o porquê, já que o ser humano é um ser histórico temporal. Em alguns casos, as correções aplicadas pelos familiares,

por meio de castigos, somadas a fatores de vulnerabilidade social, como a pobreza, nos bairros sem a mínima infraestrutura, sob violência constante, com moradias em cômodos pequenos, desemprego, a drogadição e a sensação de abandono e vazio existencial estimulam as condutas delituosas (IKUMA *et al*, 2013).

O comportamento agressivo, em alguns casos, compreende uma tentativa do adolescente para autoafirmar-se como indivíduo. No anseio de burlar a realidade, permeada por dificuldades, internas e externas, a utilização de substâncias psicoativas torna-se um caminho de evasão, de fuga da vida cotidiana (GRIFFA; MORENO, 2011).

Algumas características são comuns entre os adolescentes, que cometeram ato infracional. Podemos citar a problemática em torno da escolarização. Em um estudo descritivo e transversal, com oitenta e três adolescentes masculinos, entre treze e dezenove anos, em medida socioeducativa, com privação de liberdade, Davoglio & Gauer (2010) observou a baixa escolaridade entre esses adolescentes verificando que os participantes, em sua maioria, reprovaram, até três vezes, durante a vida escolar. Apenas 12% não apresentaram histórico de reprovação, o que nos leva a inferir que, quanto mais o adolescente está envolvido no contexto escolar, quanto menos estará sujeito a envolver-se com atos infracionais, ou seja, a escola representa um fator de proteção.

A baixa escolaridade é fato observado nos adolescentes, que cometeram ato infracional, na Paraíba. Segundo o Plano Decenal (2015), a maioria dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas possui apenas o Ensino Fundamental Incompleto. No que tange à faixa etária, a maior parte desses adolescentes possui idade compreendida entre quinze e dezessete anos. Esse fato revela uma distorção idade/série, pois, nessa faixa etária, espera-se que o adolescente esteja cursando o Ensino Médio.

Verifica-se também que, a maioria dos adolescentes, após uma medida socioeducativa, volta a praticar atos infracionais e de maior gravidade. Segundo pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos anos 2010 e 2011, quando foram entrevistados 1.898 adolescentes em medida de privação de liberdade, além da coleta de dados de 14.613 processos judiciais de execução de medidas socioeducativas de restrição de liberdade, em todo o país, no que se refere à reincidência entre os adolescentes entrevistados, em cumprimento de medida de internação, 43,3% já haviam sido internados, ao menos uma vez. Deste modo, percebe-se que o índice de reincidência é significativo. Na região Nordeste, 54% dos jovens é reincidente; nas demais regiões, o índice de reincidência entre os entrevistados varia entre 38,4% e 44,9% (CNJ, 2012).

As concepções desenvolvimentistas e criminológicas de que há uma tendência à continuidade da prática do ato infracional, aliada à perene ação midiática, criminalizando adolescentes, fortalece o paradigma de exclusão, negando as possibilidades reais de mudança. Essa concepção minimiza a ação em investimentos e propostas efetivas para esse público e, conseqüentemente, as possibilidades de novos percursos de vida, para esses adolescentes, são reduzidas (SILVA, 2003a).

Jost (2010), em uma pesquisa com o objetivo de avaliar as motivações do comportamento dos adolescentes em conflito com a lei, adotando o conceito interativo do ato infracional, realizada em um centro socioeducativo com adolescentes, do sexo masculino, entre dezesseis e dezessete anos, em que os adolescentes participaram de entrevistas individuais e semiestruturadas, tece o seguinte comentário:

Dessa maneira, o crime aparece, inicialmente, como uma possibilidade de concretização de desejos essencialmente humanos: desejo de valorização e de autoestima, desejo de independência e de ser dono do próprio destino, desejo de realização e de autoafirmação, o desejo de enfrentar a morte e de ter esperança. Assim, por meio do crime, buscam um sentido para suas vidas e querem preencher a angústia que carregam no peito, mas, ao procurar a ‘vida’, acabam indo ao encontro da morte (JOST, 2010, p. 102).

A incessante busca pela “valorização”, “autoestima” e “independência” são similaridades entre esses adolescentes, como também, a formação de grupos, ou facções de fomento a atos delituosos. As siglas EUA e OKD correspondem a “Estados Unidos” e “OKAIDA”, dois grupos rivais em João Pessoa. Essas siglas são utilizadas para identificar, cada grupo, nas comunidades populares, como nos diversos espaços públicos (escolas, praças, entre outros), conforme pode ser visualizado na figura 1. As letras de cada facção são escritas como uma maneira de demarcar o território e legitimar o poder de um grupo sobre o outro (SANTOS, 2015).

EUA e OKD são duas facções do crime organizado, que surgiram no interior dos presídios paraibanos. Primeiro, a OKD, posteriormente, para fazer oposição, a EUA. Ambas com o mesmo objetivo e o mesmo *modus operandi*: assegurar os pontos de venda de drogas nos bairros e comunidades de João Pessoa. Para tanto, agem com violência, contra seus rivais, desafiam a ordem pública, promovendo vandalismos, e remarcam o espaço com suas respectivas siglas (SANTOS, 2015). A figura 1 refere-se à indicação de domínio de determinado grupo.

Jovens e crianças são aliciados para fazerem parte dessas facções, trabalhando assim para o tráfico de drogas, recebendo, como pagamento, a proteção de seus “companheiros de facção” e drogas para manterem seus vícios (SANTOS, 2015).

FIGURA 1 – Fachada de Muro no Bairro das Indústrias, João Pessoa, PB.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2016.

Segundo Bueno, Strelhow & Câmara (2010) é próprio do ser adolescente o desejo de ser aceito, participar de um grupo, e ratificam que, nessa faixa etária, há um desejo em afastar-se do contexto familiar para manter relações interpessoais com um grupo de pares. Esses grupos sociais, assim formados, corroboram na assimilação de normas e valores, cooperando na formação da identidade do adolescente.

A tendência dos adolescentes a agrupar-se proporciona novas experiências e pode dar origem a grupos [...] Esses grupos formam subculturas, identificadas com diferentes estilos, muitas vezes impulsionadas por preferências estéticas e musicais, mas também fortemente relacionadas à realidade social que as circunda (BUENO, STRELHOW & CÂMARA, 2010, p. 29).

Entende-se que a prática do ato infracional deve ser problematizada a partir dos diversos construtos que permeiam o ser humano. Um fator isolado não pode ser compreendido como determinante, não analisa o fenômeno. No entanto, a observação das similaridades entre os adolescentes, que cometeram ato infracional, pode indicar possíveis caminhos para a prevenção. A espiritualidade, como busca de sentido de vida, pode ser um desses caminhos preventivos. Essa é a proposta do próximo capítulo.

4 A ESPIRITUALIDADE COMO BUSCA DO SENTIDO DA VIDA

Esse capítulo versará sobre os conceitos de religião, religiosidade e espiritualidade, com enfoque no termo espiritualidade, já que essa pode ser considerada um meio para a busca para o sentido de vida. Além disso, aborda-se a logoterapia e a teoria funcionalista dos valores humanos.

4.1 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA RELIGIÃO: Religiosidade e Espiritualidade

O ser humano, ser biopsicossocial, possui, em seus genes, a espiritualidade, fato que é desconsiderado ou confundido com religiosidade, o que torna ambas as alternativas equivocadas. Para Panzini *et all* (2007), a religião parte da premissa da existência de um ente sobrenatural, por meio de quem tudo foi criado, até mesmo o homem. Para esses autores, na religião, há uma série de crenças e normas vivenciadas por determinado grupo, todavia, no que se refere à espiritualidade, essa se relaciona com as dúvidas existenciais e a relação com o sagrado, podendo (ou não) gerar rituais e/ou grupos religiosos.

Segundo Röhr (2011) para refletir sobre a espiritualidade é necessário, previamente, compreender a integralidade e a multidimensionalidade do ser humano. Para o referido autor, o indivíduo é composto por cinco dimensões básicas: sensorial, material, emocional, mental e espiritual, além das inúmeras dimensões transversais. Assim, com base na reflexão desse autor, não podemos desassociar a espiritualidade das demais dimensões.

Griffa e Moreno (2011) corroboram com esse entendimento ao analisar a antropologia hebraica da Bíblia, quando o ser humano é compreendido como uma unidade, mesmo sendo composto por aspectos distintos. O termo traduzido para o grego *sarx* refere-se à carne, corpo, no entanto, não é uma oposição à alma e sim, um todo, um conjunto que abarca todos os aspectos humanos. O termo *sarx* (carne) é composto também pelo *nous* ou *pneuma* - ambos traduzidos por espírito. Enquanto vocábulo, “espírito” faz referência ao imaterial, ao elo do ser humano a Deus.

O espírito é caracterizado pela liberdade, os atos provindos do espírito são autônomos, não estão sujeitos às determinações externas. Do espírito também provém uma consciência de si, ou seja, quando o sujeito reconhece a si mesmo, e, assim, pode exercer o autodomínio (GRIFFA e MORENO, 2011).

Para Giovanetti (2005), o termo espiritualidade se refere a toda experiência, que produz transformações profundas, no interior do homem e o leva a caminhar com os outros. Vaillant

(2010) corrobora com essa definição e a amplia conceituando espiritualidade como a fonte das emoções positivas: amor, esperança, alegria, perdão, compaixão, fé, reverência e gratidão.

Essas emoções positivas unem os seres humanos em sua experiência com o divino. Todos os seres humanos possuem essa capacidade, pois é provinda do nosso cérebro: mamífero, límbico e sensível e ainda diz que “as emoções positivas são mais expansivas e nos ajudam a ampliar e a construir. Elas aumentam a nossa tolerância, ampliam a nossa moral e elevam a nossa criatividade” (VAILLANT, 2010, p. 5).

Segundo Dorts (2015), a espiritualidade abarca todas as formas de religiosidade, não necessariamente ligada às confissões e igrejas. Koenig (2012) faz uma distinção bem clara entre religião e espiritualidade. Segundo o autor supracitado, religião é o conjunto de crenças e práticas vivenciadas por determinada comunidade tendo em vista a transcendência, e a prática religiosa pode ser pública, social, institucional ou ainda privada, pessoal e individual. No que se refere à espiritualidade, assevera que esse termo é amplo e pode ser encontrado em todas as sociedades e culturas, uma vez que ela tem aspectos cognitivos experienciais e comportamentais.

Os aspectos cognitivos refletem a busca do significado e do propósito da vida, as crenças e os valores, que regem as ações e vivências das pessoas. O aspecto experiencial envolve as emoções e sentimentos como: amor, esperança, conforto e conexão. No que se refere ao aspecto comportamental, esse se manifesta na maneira como a pessoa reflete, exteriormente, suas crenças individuais (KOENING, 2012).

Röhr (2011), ao contribuir para a compreensão do termo, não usa a tradicional dicotomia entre matéria e espírito, afirmando que todas as dimensões são matérias, distinguindo-as da seguinte maneira: matérias mais densas e matérias mais sutis. Para ele, não é possível o desajuste ou a anomalia, em uma dimensão, sem que haja um reflexo nas demais e que, a falta de cuidados com as dimensões mais densas reflete, negativamente, na espiritualidade.

Podemos perceber que as realidades mais densas influenciam mais facilmente e quase que instantaneamente as realidades mais sutis. Quando algo causa uma dor forte, por exemplo, o nosso humor, que dizer, o nosso lado emocional muda instantaneamente. Estados emocionais desequilibrados, ao contrário, precisam às vezes de anos e anos até se manifestarem como somatização no corpo físico (RÖHR, 2011, p. 54).

No que se refere à formação humana, são expostos dois momentos distintos, a saber, a hominização e a humanização. O primeiro é caracterizado por um processo natural do desenvolvimento biológico, psíquico-emocional e cognitivo, em que as dimensões mais densas

se sobrepõem sobre as mais sutis. O segundo é entendido como uma ação intencional de se permitir ouvir a dimensão mais sutil, a dimensão espiritual.

Röhr (2011) ratifica a interdependência das dimensões, e esclarece que o papel da dimensão espiritual, no ser humano, é direcionar. Destarte, Röhr assevera que, uma educação, com o objetivo de contribuir para a formação humana, deve corroborar para que o educando encontre sua espiritualidade, de forma individual.

A espiritualidade permite a assimilação de determinados valores em detrimento de outros; a predileção de determinadas escolhas; a encontrar um sentido para a existência humana (PINTO, 2009). Espiritualidade e religião são termos distintos, segundo Giovanetti (2005), que distingue os termos religião e espiritualidade assim dizendo: “religião sendo a relação do ser humano com o ser transcendente, e a espiritualidade refere-se à possibilidade de uma pessoa mergulhar em si mesma” (p. 136-137).

A espiritualidade tem relação com valores e significados. Elas podem caminhar juntas, mas nunca podem ser compreendidas como sinônimos. Há situações significativas, da mais íntima relação espiritual, que não é referente à religião. Qualquer vivência íntima e autêntica pode ser espiritual (VALLE, 2005).

Então, partindo da literatura consultada, observa-se que, apesar de os termos espiritualidade e religião, em alguns momentos, se imbricarem, são distintos e um, necessariamente, não condiz com o outro, podendo, dessa forma, existir espiritualidade sem religião e religião desprovida de espiritualidade. A dimensão espiritual compreende todos os fenômenos, tipicamente humanos, como a religião, a consciência moral, os valores e o desejo inerente do homem por encontrar um sentido para a sua existência. A espiritualidade, como busca de sentido de vida, vista por meio da logoterapia, é o próximo tópico desse capítulo.

4.2 LOGOTERAPIA E SENTIDO DA VIDA

O psicoterapeuta austríaco Viktor Emil Frankl, criador da “logoterapia”, associado ao pensamento fenomenológico existencial na psicologia, diz que a dimensão genuinamente humana é a dimensão espiritual denominada, por ele, de “noética” (do grego *nous* - significa espírito ou mente) e que essa abrange todas as qualidades que diferenciam o homem dos demais animais. “Nela estão os valores, a criatividade, a livre tomada de decisões, a consciência moral” (ROEHE, 2005, p. 314).

Na modalidade de psicoterapia elaborada por Frankl (2015), a vontade de sentido (*logos*) é a motivação principal do ser humano. Frankl concentrou sua abordagem no espiritual,

ou seja, na dimensão noológica do ser humano. A “logoterapia” origina-se “do” espiritual e tem, por fim, alumbrar o indivíduo a ponto de que esse encontre o sentido para a sua existência (MOREIRA; HOLANDA, 2010).

Segundo Frankl (2011), o ser humano é tridimensional: composto pela dimensão somática, psicológica e noética:

- ✓ Na dimensão somática, encontram-se os fenômenos corporais, a fisiologia humana;
- ✓ Na dimensão psicológica, encontram-se os instintos, as cognições;
- ✓ Na dimensão noética, encontra-se os fenômenos, especificamente, humanos.

Frankl (2011) aponta os três pilares da logoterapia: a liberdade da vontade, a vontade de sentido e o sentido da vida. Sobre a liberdade da vontade, Frankl (2011) compreende que a mesma é caracterizada pela capacidade humana de fazer escolhas, posicionar-se mesmo diante de situações determinadas. Perante um destino, o homem pode tomar decisões dentro das possibilidades, pois, a liberdade da vontade se refere à vontade de um ser finito, sujeito às limitações que as circunstâncias lhe oferecem. Com esse pilar da logoterapia, Frankl (2011) criticava o “pandeterminismo”.

Segundo Aquino (2014), a logoterapia não nega os condicionamentos humanos, no entanto, compreende que o homem pode posicionar-se de maneira livre e responsável diante deles. Para Frankl (2011), no momento em que o homem rompe com os condicionamentos somáticos e psíquicos, ele dá abertura à dimensão noética, ou seja, a dimensão onde ocorrem os fenômenos, tipicamente, humanos.

Quanto à vontade de sentido, constitui-se a necessidade suprema do ser humano encontrar um sentido para sua existência. O prazer e o poder são apenas um meio para um fim, são derivações da vontade de sentido. Diante da frustrada vontade de sentido, o prazer e o poder tornam-se indispensáveis, apresentam-se como paliativos para a motivação original do ser humano, a vontade de sentido (FRANKL, 2015).

A frustração da vontade de sentido, segundo Frankl (2011), produz o que ele denominou de vácuo existencial, fenômeno crescente, que é corroborado pela falta de instintos, que direciona o que se deve fazer (como no caso dos demais animais) e pela gradativa perda das tradições pelo homem moderno que, em função disso, fica sem saber o que deveria fazer ou o que quer fazer.

Sem saber o que se deve fazer e o que se deseja fazer, a pessoa é conduzida pelo conformismo ou pelo totalitarismo, destarte, age conforme os outros ou como os outros querem.

O tédio e a apatia são as principais manifestações do vácuo existencial, o primeiro é a “incapacidade de interessar-se por algo” e o segundo é “a incapacidade de tomar a iniciativa para algo” (FRANKL, 2011, p. 110).

No que diz respeito ao sentido da vida, este é dado a cada um, de maneira individual, uma vez que o sentido é descoberto, não podendo ser inventado. Para cada situação vivida, há um sentido concreto, e o homem é livre para responder, de forma responsável, encontrando o sentido autêntico para cada situação, que lhe é apresentada, assim sendo, o homem tem a liberdade de empreender esforços para a realização desse sentido, ou não (FRANKL, 2011).

Aquino (2014) esclarece que, para o criador da “logoterapia”, a realização de sentidos na vida é o que torna o homem autêntico, e, por ser um ser irrepitível precisa encontrar sentidos para a sua vida. A descoberta desses sentidos só acontece em uma relação com o mundo, ou seja, respondendo às questões colocadas no cotidiano. Esse movimento interior, que o leva para o mundo, é denominado “noodinâmica” - uma tensão entre o que o ser humano é e aquilo que ele pode vir a ser.

O sentido da vida é algo concreto, é uma missão a cumprir. O homem dirige-se a encontrar um sentido para a sua existência. Segundo Frankl (2003), o sentido é sempre encontrado fora do homem, ou seja, no mundo, a partir dos três grupos de valores, a saber: os valores vivenciais, os valores criadores e os valores de atitude:

O que permite a compreensão do sentido da vida independente das circunstâncias é a riqueza dos valores, que podem ser classificados em três categorias; Valores vivências, que são aqueles concretizados tão somente pela contemplação do mundo, Valores criadores; que visam a realização de um ato criador. E por fim, os valores de atitude, esses surgem dentro de uma limitação, são aquelas atitudes tomadas diante de um destino imutável (FRANKL, 2003, p. 91).

Nos valores vivenciais, o sentido da vida é encontrado pela experiência, quer seja experimentando a natureza, a cultura, ou outro ser humano, por meio do amor. Os valores criadores se referem ao que entregamos ao mundo, por meio de alguma atividade laboral ou uma ação. Os valores de atitude contemplam como o homem reage diante da tríade trágica: o sofrimento, a culpa e a morte – o posicionamento que se toma diante de um destino (FRANKL, 2015).

Frankl (2011), ao escrever sobre a tríade trágica, esclarece que a “logoterapia” tem, em seu cerne, uma visão otimista da vida, ao conceber que não há nenhuma circunstância negativa,

na existência humana, que não possa ser transformada em uma conquista. Tudo depende da atitude que se venha a assumir diante dos condicionamentos.

Os valores são flexíveis, possuem plasticidade, de acordo com o momento, com a situação, e o indivíduo pode, rapidamente, discorrer de um valor para outro.

De hora a hora, muda na vida a oportunidade de uma orientação para este ou para aquele grupo de valores. Uma vez a vida exige-nos que realizemos valores criadores, outra, que nos orientemos para a categoria dos valores vivenciais. [...] O imperativo do momento, ora o poderemos satisfazer por meio de um ato, ora por meio da nossa entrega a uma possibilidade de vivência (FRANKL, 2003, p. 83).

Dessa maneira, a vida sempre dispõe de sentido, pois a pessoa, encontrando-se impossibilitada de vivenciar algo ou de concretizar os valores criadores e vivenciais, mesmo assim ainda lhe restam os valores de atitudes, ou seja, a possibilidade de se posicionar diante de suas limitações (FRANKL, 2015).

A consciência é o órgão do sentido, e, na busca pelo sentido, o homem é conduzido por sua consciência. Esse órgão age, de forma intuitiva, direcionado pelos valores, mas pode ser também, criativo. A consciência, em algum dado momento, pode guiar o indivíduo a praticar uma ação não normativa, a tomar uma decisão, que vai de encontro a valores pré-estabelecidos. Dessa maneira, pela inovação, sentidos e valores únicos podem se tornar valores universais (FRANKL, 2011).

Por meio da consciência, o homem pode escapar do conformismo e do totalitarismo, provocados pelo vácuo existencial, Frankl (2011) assevera que, devido à finitude humana, a consciência também pode errar e que nunca se pode ter a certeza de que o escolhido foi o sentido verdadeiro. No entanto, no momento em que o homem age conforme a sua consciência, está agindo de maneira responsável. Ser livre e responsável abarcam duas dimensões, que tornam o homem verdadeiramente humano.

O que fizemos não pode ser desfeito. E isso pesa no que diz respeito à responsabilidade humana, porque, em face do caráter transitório da vida, o ser humano é responsável por fazer uso das oportunidades que lhe aparecem para atualizar suas potencialidades e realizar valores, sejam estes de criação, de experiência ou de atitude. Em outras palavras, o homem é responsável pelo que fizer, por quem amar e por como sofrer (FRANKL, 2011, p. 96).

Ao considerar o homem livre e responsável, Frankl (2011) o coloca na posição de sujeito de sua existência, não apenas uma marionete conduzida pelas fatalidades, que a vida lhe

impõe. As possibilidades realizadas (ou não) no presente tornam-se o seu passado, desse modo, ao homem é concebido escolher o que irá fazer parte de sua história (AQUINO *et all*, 2010).

A todo o momento, a vida provoca e pede respostas, cabendo ao homem respondê-la, de forma responsável. A culpa, um dos elementos da tríade trágica: dor, culpa e morte - surge diante do não cumprimento do seu dever, sem consultar a consciência. Pelo prisma de Frankl (2011) se há consciência e liberdade, existe culpa. No entanto, para o autor em tela, isso é um privilégio, pois diante de sua liberdade, o homem é capaz de transformar-se. Desse modo, cabe-lhe superar sua culpa, dando novos contornos à sua existência.

4.3 VALORES HUMANOS E SENTIDO DA VIDA

Corroborando com a ideia de valores humanos no Brasil, tem-se a teoria funcionalista dos valores humanos, desenvolvida pelo Professor Dr. Valdiney V. Gouveia (2013). O presente tópico possui o objetivo de dissertar acerca dessa teoria.

A teoria funcionalista dos valores humanos sugere quatro suposições: Natureza humana - Apenas valores positivos são admitidos; Princípios-guia individuais - Os valores, reconhecidos como úteis para um grupo, tornam-se como padrão de comportamento socialmente aceitável; Base motivacional - Os valores representam necessidades individuais, refletem os anseios institucionais e sociais; Caráter terminal - Os valores podem ser entendidos como metas superiores, não possíveis de alcançar plenamente (GOUVEIA; MILFONT; FISCHER; SANTOS, 2008).

Os Valores Humanos Básicos (VHB) apresentam-se como categorias de orientação, pois os valores são construtos latentes, que se observam no comportamento do indivíduo. São vistos como desejáveis, pois indica um desejo pessoal, como também, uma orientação aprovada socialmente. São baseados nas necessidades humanas e nas pré-condições para satisfazê-las; são assumidos por atores sociais, ou seja, os valores são, pessoalmente, adotados e não construídos pelos indivíduos, e podem variar, em determinados contextos, históricos e culturais, no entanto, não mudam (GOUVEIA, 2013).

Os valores humanos são construídos no sistema psicológico do indivíduo e partem de suas experiências socioculturais, ou de alguma experiência relevante ao longo da sua vida. Possuem, em síntese, duas funções: atuar como um guia dos comportamentos humanos e expressar, cognitivamente, as necessidades humanas (GOUVEIA, 2013).

A primeira função dos valores humanos - atuar como um guia de comportamentos - pode apresentar uma orientação social em que a ênfase é no grupo, no coletivo, onde o indivíduo

tem atitudes interpessoais ou uma orientação pessoal em que cultiva atitudes egocêntricas e intrapessoais. Ainda temos, na mesma categoria dos valores como guia do comportamento humano, uma terceira via que é denominada de central, que fica entre a orientação social ou pessoal. Essa primeira função dos valores é identificada pela dimensão funcional denominada tipo de orientação. Em síntese, há essas três possibilidades: pessoal, social e central (FORMIGA; GOUVEIA, 2005).

A segunda função - a de expressar, cognitivamente, as necessidades humanas - trata das ferramentas motivadoras: materialistas ou humanitárias. Nos valores materialistas, encontram-se metas mais pragmáticas, em que o princípio guia é garantir a própria existência, no que se refere à sobrevivência. Valores materiais agrupados, com a orientação pessoal, podem expressar a necessidade em buscar êxito e vantagens pessoais. Valores materiais, conciliados com a orientação social, podem expressar a dificuldade em aceitar mudanças, fomentando, desse modo, a busca por estabilidade (FORMIGA; GOUVEIA, 2005).

No que se referem aos valores humanitários, as expressões são genéricas e idealistas. As pessoas que tem valores humanitários como princípios-guia são mais propensas em aceitar mudanças, não buscam realizações em curto prazo, desenvolvem ações tendo em vista o bem estar dos outros (FORMIGA; GOUVEIA, 2005).

Gouveia (2013) assevera que, nessa teoria, não se consideram que esses valores sejam paradoxais, mas, possivelmente, que se complementam. Desta feita, os valores transitam pelo território das ideias, das instituições, das situações e das atitudes, não fazendo referência a um objeto ou a uma situação específica. As necessidades humanas são a fonte dos valores. Esses, por sua vez, são sempre terminais e, tendo em vista a compreensão mais apurada desse construto se faz necessário distinguí-lo de outros vocábulos a ele relacionados.

Os valores são menos pessoais e resistentes à mudanças que os traços de personalidade, porém, são mais gerais e estáveis que as atitudes. São menos específicos que os interesses, as necessidades e as valências, porém mais específicos que as ideologias, os estilos de vida, os axiomas e as representações sociais. Embora sejam atributos ou propriedades de indivíduos, tem uma relação estreita com a cultura, mas menos dependentes do contexto externo do que os costumes e normas (GOUVEIA, 2013. p. 125).

Na associação das duas funções valorativas (tipo de orientação e tipo motivador) surgem seis subfunções. Haja vista o tipo de orientação e o tipo de motivador, que representam, indicando os valores específicos ou marcadores, comumente utilizados, para representá-las (MEDEIROS, 2011):

- ✓ Subfunção Existência - Essa subfunção representa a necessidade de assegurar as condições básicas para a permanência biológica e psicológica do indivíduo. Ela representa o motivador materialista e três valores: saúde, sobrevivência e estabilidade pessoal. Representa uma orientação central e um motivador materialista;
- ✓ Subfunção Realização - Para indivíduos orientados por esses valores é relevante a organização e a competência pessoal. O ser reconhecido por suas habilidades é estimado, como a realização de tarefas, de maneira prática e objetiva. Os valores dessa subfunção são: êxito, prestígio e poder. Representa um motivador materialista com uma orientação pessoal;
- ✓ Subfunção Normativa - Expressa a necessidade de alguns indivíduos em preservar a cultura e as normas estabelecidas. O respeito e a obediência às autoridades hierárquicas são superestimados. Os valores encontrados são: cultura, obediência e religiosidade. Representa um motivador materialista com uma orientação social;
- ✓ Subfunção Suprapessoal - Os valores encontrados podem ser entendidos como humanitários, partem de critérios mais universais, indicam a valorização das ideias abstratas, em detrimento do concreto e material. Os valores encontrados são: conhecimento, maturidade e beleza. Possui uma orientação central e um motivador humanitário;
- ✓ Subfunção Experimentação - Compreende o princípio do prazer imediato. Não aprendem regras e possuem dificuldade em fixar metas materiais. Valores dessa subfunção: sexualidade, prazer, emoção. Representam um motivador humanitário com a orientação pessoal;
- ✓ Subfunção Interacional - Representa as necessidades de pertença, amor e afiliação. Os valores aqui encontrados são essenciais para a manutenção de relações interpessoais estáveis. São eles: afetividade, convivência e apoio social. Representa um motivador humanitário com a orientação social.

Essa teoria prediz que as correlações entre as seis subfunções de valores são positivas e que o grau de maturidade e autorrealização dos indivíduos pode alterar a correlação média das subfunções. Indivíduos mais maduros e autorrealizados apresentam uma correlação mais alta e sólida em relação aos mais novos (GOUVEIA *et al*, 2008).

Gouveia *et all* (2008) ainda dizem que a compreensão de alguns fenômenos psicossociais tem tido, como facilitador, a teoria dos valores humanos. A questão do preconceito, do consumo consciente, do baixo rendimento escolar, das condutas delitivas e o comportamento antissocial são algumas das problemáticas, que podem ser discutidas a partir dessa teoria.

Pesquisa realizada com quinhentos e trinta jovens, com idade entre treze e vinte anos, procurou definir um procedimento padrão com a perspectiva da possível relação entre os valores humanos e o rendimento escolar. Os resultados encontrados por Formiga (2006) mostram que a relação horas de estudo e os valores: obediência, maturidade, beleza, tradição, afetividade, apoio social, estimulação e êxito estão, direta e significativamente, correlacionados. Por sua vez, os valores religiosidade e sexualidade se relacionaram negativamente:

Valores de orientação pessoal são contribuintes da conduta escolar; Porém ao considerar os valores direcionados as relações interpessoais e interesses coletivos, assumidos por indivíduos que se comportam como alguém que gosta de ser considerado e que deseja ser aceito e integrado no *in-group*, ou que pretendem manter um nível essencial de harmonia entre atores sociais num contexto específico, apontando para orientações sociais, parecem ser mais importantes e eficientes entre os indicadores do rendimento escolar (FORMIGA, 2006, p. 12).

Segundo Coelho (2001), valores sociais, com ênfase coletivista, são fatores de proteção contra comportamentos não aceitáveis socialmente. Valores mais pessoais, que enfatizam o individualismo, predispõem a comportamentos delituosos. Os valores têm relação direta com o comportamento humano, revelando, como em uma escala hierárquica, as prioridades para cada indivíduo.

Em estudo, Formiga e Gouveia (2005) corroboram com a questão dos valores humanos como predição das condutas antissociais. Os autores em foco indicam que a falta de limites devido a não adesão à sociedade convencional e aos mecanismos reguladores como a escola e a religião; como a não aceitação dos papéis sociais de referência, como o dos pais e dos professores, dificulta a internalização dos valores reclamados pela sociedade a que pertencem, tornando esse indivíduo mais suscetível a condutas delituosas. Quando o adolescente sente-se parte, de fato, da sociedade, torna-se menos propenso à prática de condutas desviantes.

Bazon *et al* (2011), em pesquisa realizada com adolescentes infratores, também apontam nessa direção. Para esses sujeitos, os vínculos emocionais com pessoas e instituições estão

enfraquecidos; há uma ausência do sentimento de pertença à sociedade, de falta de alteridade e índices significativos de egocentrismo.

Estudos relacionados a valores humanos e condutas desviantes ou comportamentos antissociais foram realizados por Formiga (2013) em pesquisa com quinhentos e quatro jovens, entre quinze e vinte e dois anos, em que se observou uma associação negativa entre os valores sociais e as condutas desviantes e uma associação positiva entre os valores pessoais e as mesmas condutas.

Em outro estudo, com uma amostra de seiscentos e cinquenta jovens, da mesma faixa etária, estudantes da rede pública e privada de João Pessoa, Formiga (2006) assevera que é possível comprovar que os valores humanos têm relação direta com condutas antissociais. Os jovens com valores normativos, interacionais e suprapessoais em evidência, apresentam-se mais disponíveis a cumprirem normas sociais.

Dessa maneira, a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, além de colaborar com outras variáveis, contribui com os estudos no que se referem a adolescentes e ao ato infracional. As pesquisas citadas indicam que a prevalência de determinados valores em detrimento de outros podem corroborar com a prevalência de condutas paradoxais às normas sociais. No entanto, salientamos que os valores humanos podem ser um aporte para a análise da problemática adolescente/ato infracional, todavia, se somados às outras variáveis, nunca de forma exclusivista.

Tendo em conta o arcabouço teórico supracitado, elencam-se a seguir os objetivos do estudo:

Objetivo Geral

Analisar o papel da espiritualidade na mudança valorativa de adolescentes em medida socioeducativa de internação.

Objetivos Específicos

- ✓ Avaliar um processo de intervenção baseado na busca de sentido de vida e na mudança valorativa de um grupo de adolescentes, que cumprem medida socioeducativa de internação.
- ✓ Verificar os resultados de uma intervenção baseada na busca de sentido de vida e na mudança valorativa de um grupo de adolescentes, que cumprem medida socioeducativa de internação.

5 ESTUDO EMPÍRICO

Esse capítulo dedica-se ao estudo empírico, às considerações metodológicas, e à descrição do projeto de intervenção, apresentando os resultados e as discussões à luz da fundamentação teórica escolhida.

5.1 MÉTODO

Nessas considerações, será apresentado o tipo de pesquisa, a descrição do programa de prevenção ao vazio existencial, os instrumentos para a coleta de dados com os questionários sociodemográficos e de valores básicos, o *locus* de estudo, os participantes e os procedimentos éticos, para a análise de dados e para a intervenção.

5.1.1 Tipo de Pesquisa

Tratou-se de uma pesquisa ação com abordagem quantitativa e qualitativa. A pesquisa ação caracteriza-se por ter uma base empírica e por ser realizada, em paralelo, com uma ação ou com a resolução de um problema (THIOLLENT, 1998). De forma mais específica, tratou-se de um estudo quase experimental com um Grupo Controle e um Grupo Experimental com a realização de pré e pós-teste.

5.1.2 Descrição do Programa de Prevenção ao Vazio Existencial

Os participantes foram distribuídos, aleatoriamente, por meio de sorteio, em dois grupos. Sendo constituído um Grupo Experimental (GE) e um Grupo Controle (GC). Os adolescentes do GE participaram do programa de intervenção. No primeiro encontro, foi aplicado um pré-teste tanto para o Grupo Experimental, quanto para o Grupo Controle. Ao término de todos os encontros da intervenção, foi aplicado um pós-teste para os dois grupos.

Utilizou-se fábulas, parábolas e músicas como suporte metodológico, objetivando trazer os temas da logoterapia a uma linguagem acessível aos adolescentes. As temáticas, com seus respectivos objetivos, podem ser visualizados na Tabela I. Tal proposta é corroborada por Aquino *et al.* (2011) e tem como pressuposto: proporcionar um ambiente harmônico, possibilitando a formação de uma convivência mais empática entre os participantes, fomentar a reflexão sobre o ser e o vir-a-ser, realizar uma atividade, que proporcione aos participantes a

vivência de valores, “pois só na consumação dos valores o ser humano realiza-se como pessoa existencial” (p.152).

5.1.3 Instrumentos para Coleta de Dados

Para a coleta dos dados foram utilizados dois instrumentos, conforme descritos abaixo:

- ✓ Questionário Sociodemográfico: Composto por sete perguntas, utilizadas para coleta de dados sobre idade, escolaridade, número de apreensões, religião, dentre outros.
- ✓ Questionário de Valores Básicos (QVB): Formado por dezoito itens, para cada item são apresentados dois descritores, de modo a representar o conteúdo inerente do valor. Por exemplo, “saúde” é descrito em termos de “preocupar-se com sua saúde antes de ficar doente” e “não estar enfermo”; “tradição” sugere “seguir as normas sociais de seu país” e “respeitar as tradições de sua sociedade”. Esses valores são distribuídos, equitativamente, nas seis subfunções valorativas, previamente descritas. Com o fim de responder aos itens, o participante deve ler cada um e avaliar sua importância com um princípio-guia na sua vida, utilizando uma escala de sete pontos: de 1: “totalmente não importante” a 7: “totalmente importante” (GOUVEIA, 2013).

5.1.4 Locus do Estudo

O presente estudo foi realizado em um Centro Socioeducativo (CSE), situado no município de João Pessoa. O CSE é uma unidade destinada à medida socioeducativa de internação e atende adolescentes do sexo masculino, com idade entre 12 e 18 anos. O prédio é uma construção inaugurada em 2013. Dispõe da maioria dos ambientes sinalizados pelo SINASE (2006) como: dormitórios, refeitório, quadra poliesportiva, espaço para atendimento técnico individual, salas de aula para escola, espaço para profissionalização, entre outros, no entanto, toda essa estrutura encontra-se desgastada e precisando de reparos.

O corpo técnico é formado por profissionais das seguintes áreas: jurídica, saúde, psicológica, social e pedagógica. Na gama dos profissionais, que compõe o quadro dessa

unidade socioeducativa, além do corpo técnico supracitado, há: gestores, agentes socioeducativos, auxiliares de limpeza, equipe de secretaria e arquivo.

O CSE é a maior unidade de internação do estado da Paraíba. Segundo o Plano Decenal (2015), a sua capacidade física é para comportar 89 adolescentes, no entanto, o número de atendidos é de 193, contabilizando um *déficit* de 104 vagas.

Na rotina diária, os adolescentes frequentam a escola, participam de oficinas ocupacionais e profissionalizantes; há atendimento psicossocial, jurídico e serviços de saúde. Nos finais de semana, grupos de entidades religiosas oferecem atividades esportivas e culturais, assim como assistência espiritual.

5.1.5 Participantes

Participaram da pesquisa em tela vinte adolescentes, divididos em dois grupos, um Grupo Experimental (GE) e um Grupo Controle (GC). Os adolescentes foram selecionados a partir dos seguintes critérios:

- ✓ Escolarização - Todos cursando o Ensino Fundamental II ou o Ensino Médio - esta condição se justifica na medida em que se requer um nível cognitivo, que permita a leitura e a compreensão de textos para a discussão dos temas existenciais.
- ✓ Data de entrada na Instituição – Foram recrutados adolescentes, que estavam no Centro Socioeducativo há menos de um ano – o objetivo tem em vista minimizar as chances de que algum deles fosse desligado da unidade durante o período da intervenção.

Dos vinte adolescentes dos Grupos Controle e Experimental, 30% cursavam o 6º ano do Ensino Fundamental, 35% o 7º ano do Ensino Fundamental, 25% o 8º ano do Ensino Fundamental, 10% o 1º ano do Ensino Médio. No que se refere à religião, 40% afirmaram não possuir religião, 5% não responderam e 55% afirmaram possuir alguma religião, entre esses, 36,4% se autodeclararam católicos e 63,6% evangélicos.

A média de idade dos participantes foi de 16,45 (dp=0,61; amplitude de 15 a 17 anos). Os participantes do GE tinham a média de idade de 16,10 anos (dp=0,57; amplitude de 15 a 17 anos); no GC a média de idade foi de 16,80 anos (dp=0,42; amplitude de 16 a 17 anos).

5.1.6 Procedimentos Éticos

A pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) na Universidade Federal da Paraíba – UFPB e aprovada conforme CAAE 56330716.5.0000.5188. Durante a realização da pesquisa foram salvaguardados todos os procedimentos éticos para a realização de pesquisas, previsto na resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Por se tratar de amostra constituída, exclusivamente, por adolescentes privados de liberdade, tutelados pelo Estado, o diretor da unidade socioeducativa, assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando os adolescentes a participarem do estudo.

5.1.7 Procedimentos para Análise dos Dados

A avaliação do processo (Análise Qualitativa) foi realizada com o pressuposto teórico de Bardin (2016). Segundo o referido autor, a análise de conteúdo é aplicável a qualquer comunicação e parte de técnicas de análise das comunicações, tendo por finalidade “efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou eventualmente, os efeitos dessas mensagens)” (p. 48).

A análise de conteúdo percorreu as três etapas conforme sinalizadas por Bardin (2016):

- ✓ Pré-Análise - objetivando a organização das ideias, a estruturação de um plano de análise. Essa fase se subdivide nas seguintes tarefas:
 - ✓ Leitura flutuante – Consiste no contato inicial com o material “deixando-se invadir por impressões e orientações” (p. 126).
 - ✓ A escolha dos documentos – Quando se delimita os materiais de análise.
 - ✓ Formulação das hipóteses e dos objetivos – Se refere às afirmações, que serão confirmadas ou não.
 - ✓ A referenciação dos índices e a elaboração de indicadores – O índice é a expressão de um tema na mensagem e o indicador é a frequência desse tema.
 - ✓ A preparação do material – É a preparação formal do material.
 - ✓ Exploração do material - Essa etapa “consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (p.131).

- ✓ Tratamento dos resultados obtidos e interpretação - Consiste em tratar os resultados para tornarem-se relevantes e claros e, a partir desses dados, propor inferências e interpretações.

Para a avaliação dos resultados quantitativos utilizou-se a estatística descritiva (média desvio-padrão), quando se buscou identificar possíveis diferenças entre as médias das subfunções valorativas no pré e no pós-teste por meio de um teste “*t*” para medidas repetidas.

5.1.8 Procedimentos para a Intervenção

Os encontros ocorreram semanalmente. Na ocasião, foi disponibilizado, pela direção do Centro Socioeducativo, uma sala apenas para esse fim. Na quarta-feira, à tarde, horário e dia da semana, previamente marcados e escolhidos pelo diretor da unidade, pois, na quarta-feira, os adolescentes recebem visita dos familiares e, por isso, não há aula na escola, sendo este o único dia disponível, ao término da visita.

Nos dias do encontro, a pesquisadora organizava as cadeiras da sala, de forma circular, pelos motivos assim assinalados: “além de ser uma disposição útil para obter as informações e o registro das observações a serem efetuadas [...] esta estrutura proporciona um clima de receptividade e facilita a participação operativa e efetiva de todos” (GOMES, 2013b, p. 44). Os adolescentes eram trazidos à sala, conduzidos sempre por alguns agentes socioeducativos.

Foram discutidos dez temas existenciais, em dez encontros, como podem ser observados na tabela 1.

TABELA 1 – Descrição do Programa de Intervenção

TEMÁTICA	OBJETIVO DO ENCONTRO
1-Dimensão do espírito humano	Refletir sobre a dimensão especificamente humana, bem como sobre o estilo de vida dos participantes.
2-Vontade de sentido	Refletir sobre a motivação do ser humano perante a sua existência finita.
3-Liberdade e responsabilidade	Descobrir as duas dimensões do existir humano: a liberdade e a responsabilidade.
4-Autotranscendência	Refletir sobre uma das características antropológicas concebidas por Frankl: a autotranscendência.
5-Conformismo e totalitarismo	Discutir sobre o conformismo e o totalitarismo, dois sintomas do vazio existencial que caracterizam a nossa sociedade.
6- O valor e a dignidade do ser humano	Conscientizar os participantes do valor da vida e da dignidade do ser humano.
7-Dizer sim à vida apesar de tudo	Refletir sobre as posturas e atitudes perante as dificuldades da vida.
8-O suprasentido	Apresentar o conceito de crença incondicional no sentido da vida, segundo a “logoterapia”.
9- A descoberta do sentido	Refletir sobre a incondicionalidade do sentido da vida.
10-Projeto de vida	Estimular os participantes para a reflexão e construção do seu projeto de vida.

Fonte: Elaborada pela autora, baseado em Aquino (2015).

5.2 AVALIAÇÃO DO PROCESSO E VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

Esse tópico destina-se à avaliação do processo e dos resultados da intervenção. A avaliação do processo, conjuntamente com a avaliação dos resultados, esclarece como a intervenção foi conduzida e recebida pelos participantes, como também, os resultados alcançados (LUZ, 2015), como se descreve a seguir.

5.2.1 Avaliação do Processo de Intervenção

A proposta deste tópico é descrever e avaliar (qualitativamente) os dez encontros do processo de intervenção, obedecendo cada temática. Segundo Luz (2015), “adicionalmente, a avaliação de processo facilita a interpretação dos resultados e lança luz sobre dimensões a serem aprimoradas em implementações posteriores do programa” (p. 79).

Na data marcada, previamente, com a direção da unidade, os adolescentes do Grupo Controle foram conduzidos para o auditório da Instituição onde a pesquisadora encontrava-se os esperando. Na ocasião, a mesma se apresentou, explicou que agora estaria com eles, na

posição de pesquisadora, e não como pedagoga da unidade. Em seguida, foram feitos esclarecimentos, no que concerne aos objetivos da pesquisa, os instrumentos para a coleta de dados, respondendo a algumas dúvidas dos adolescentes. Todos assinaram o termo de assentimento. Posteriormente, foi entregue, um a um, os instrumentos para a coleta de dados. Ao término, a pesquisadora agradeceu. Logo após, os adolescentes foram reconduzidos para os quartos.

Posteriormente, à saída do GC, foram conduzidos, para o auditório, os adolescentes do GE. O procedimento foi o mesmo, apenas um ponto foi diferenciado: na hora dos esclarecimentos, a pesquisadora acrescentou explicações a respeito do projeto de intervenção.

5.2.1.1 A Dimensão do Espírito Humano

O primeiro dia da intervenção iniciou-se com uma dinâmica em que cada adolescente escolheu uma das imagens expostas nas paredes da sala e se apresentou, falando nome e idade e a motivação para escolher essa imagem. A pesquisadora se apresentou e explicou como seriam os encontros.

Os adolescentes, inicialmente, encontravam-se inibidos para falar, provavelmente, pelo fato de existir adolescentes de blocos diferentes, como, possivelmente, de grupos rivais. Os adolescentes, envolvidos em atos infracionais, em sua maioria, fazem parte de algum grupo ou facção. Em João Pessoa, há dois grupos rivais, que disputam pontos de venda de drogas: Estados Unidos (EUA) e OKAIDA (OKD). A disputa acontece em território externo (quando ainda estão em liberdade), mas, no momento da apreensão dos adolescentes, quando adentram a unidade socioeducativa, os adolescentes passam a estar, dentro do Centro Socioeducativo, também divididos por esses grupos, fato esse descrito no Plano Decenal (2015).

Deste modo, com adolescentes dos diversos blocos e alas, possivelmente, grupos rivais se encontraram na intervenção, o que pode ter inibido a expressão oral dos adolescentes. Por questões de segurança, todas as atividades da unidade socioeducativa são acompanhadas por agentes socioeducativos o que pode ter, também, corroborado para tal comportamento.

Foi entregue a cada participante uma cópia do texto: “A águia e a galinha” de James Aggrey (1925) citado por Leonardo Boff (1997, *apud* AQUINO, 2015). O texto faz referência a uma águia, que foi criada como uma galinha e, após algumas tentativas, conseguiu voar, novamente, após contemplar o sol, conseguiu alçar voos, voltando a se comportar conforme a sua natureza. Após a leitura, realizou-se uma discussão, que possibilitou, aos participantes, a exposição de seus comentários, entretanto, poucos falaram. Na autoavaliação, foi entregue, para

os adolescentes, dois desenhos idênticos do contorno de uma face humana. No desenho 1, foi pedido que os participantes escrevessem os adjetivos que as outras pessoas usavam para se referir a eles. No desenho 2, foi pedido que eles escrevessem como eles próprios se viam. As respostas podem ser visualizadas nas tabelas 2 e 3:

TABELA 2 - Frequência de respostas: O que os outros falam a meu respeito?

CATEGORIA	FREQUÊNCIA
MACONHEIRO	5
RUIM	2
LADRÃO	3
CÃO	1
BANDIDO	1
SAFADO	1
DESPACHO DE MACUMBA	1
OUTROS	1
TRAFICANTE	1
SATANÁS	1
VAGABUNDO	1
ALMA SEBOSA	1
MARGINAL	1

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Podem-se observar termos em comum utilizados para se referir a eles: a expressão “maconheiro” foi a mais citada pelos adolescentes; Também foram citados vocábulos provenientes da religião: “*jovem, maconheiro, ladrão, auma seboza, sem vergonha, dispasto de macumba, traficante, maguinho, inteligente, safado, satanás*” (sic). Destacamos que essa frase foi escrita por um adolescente negro, de onde podemos inferir, como um preconceito religioso, mascarado por uma injúria racial, entendimento corroborado por Santos (2010).

“*As pessoas falavam que eu era uma pessoa ruim que so botava as outras pessoas no mau canhão que eu não ia xega a fica di maio que as pessoas iam mimata porque eu não presto eu era um menino ruim que não fazia nada certo ia pessoas tiam raiva de mim*” (sic).

No que se refere à morte precoce - não chegar à maioridade - no total, quatro adolescentes escreveram que ouviram as pessoas dizerem que eles iriam morrer cedo, antes da maioridade. Nenhum adjetivo positivo foi citado pelos participantes, referente ao que os outros falavam a respeito deles.

TABELA 3 - Frequência de respostas: Quem eu sou?

CATEGORIA	FREQUÊNCIA
BOM	4
LEGAL	2
HUMILDE	2
ALEGRE	1
BRINCALHAO	1
OUTROS CUIDADOSO	1
AMOROSO	1
GENTIL	1
EDUCADO	1

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Contrariamente ao que as outras pessoas falaram a respeito deles, os adolescentes, ao se descreverem, utilizam adjetivos positivos como: “bom”, “humilde”, “legal”. *“Mim acho que eu sou bom e gosto de mim como eu sou e acho que eu sou legal e no faço mal a niguem só a eu mesmo porque eu uso maconha” (sic).* *“Mim acho uma pessoa legal, cuidadoso, amoroso, gentil, brincalhão, educado, e que tenho tudo pra vencer na vida. Já outros dizem que sou um memino ruim que vou morrer cedo e que tenho maldade na mente” (sic).*

O aspecto religioso aparece na escrita de um adolescente: *“não e ipotanti para Deus eu sou” (sic)* (não importa, o importante é o que para Deus eu sou) ressalta-se que, no questionário sociodemográfico, 55% dos participantes afirmaram possuir religião. Esse mesmo adolescente, em uma conversa informal, disse que gostava de ouvir músicas evangélicas.

Segundo a compreensão da “logoterapia”, o ser humano deve ser sobre-estimado, ou seja, deve-se exigir mais do que ele realmente é, para que possa crescer para além de si mesmo: “se exigimos do homem o que ele deve ser, faremos dele o que pode ser. Se, pelo contrário, o aceitamos como é, então acabamos por torná-lo pior do que é” (FRANKL, 2003, p. 14).

Ao término do encontro, um agente socioeducativo abordou a pesquisadora e, com uma expressão facial de desaprovação, perguntou: “O que a senhora está fazendo mesmo?” Esse questionamento reflete a descrença no processo socioeducativo, por parte de alguns profissionais. O adolescente, dessa maneira, é visto apenas pelo ato infracional que cometeu, desse modo, anula-se todas as perspectivas de mudança (FRANKL, 2011). Corroborando com essa ideia, Silva (2003) observa que “o discurso da estabilidade em realizar atos delitivos parece assim ser produto das significações sociais historicamente construídas que, concretamente,

produzem e reproduzem condições de existência implicadas no processo de permanência no crime”.

5.2.1.2 *Vontade de Sentido*

No segundo encontro, os adolescentes mostraram-se um pouco mais propensos a participarem. Foi realizada, para interação, uma dinâmica de grupo denominada “Vôlei com Toalhas”. Os participantes foram divididos em duplas, cada dupla segurando uma toalha aberta onde deveriam arremessar uma bola para a outra dupla utilizando uma toalha, a dinâmica gerou um ambiente de descontração.

Após a dinâmica, foi realizada a leitura do texto “Um sábio equilibrista” citado por Aquino (2015). O texto conta a história de um equilibrista, que tinha, como segredo de sua habilidade, estar com seus olhos fixos para o bastão, que marcava a sua chegada. Em seguida, iniciou-se um debate sobre o tema. Na autoavaliação, foi entregue o desenho de um labirinto a cada adolescente a fim de que os participantes, ao término do labirinto, escrevessem o alvo de cada um, nos “caminhos sem saída” do labirinto: eles escreveram o que os impedia de alcançar esse alvo. A tabela 4 mostra as respostas dos participantes:

TABELA 4 – Frequência de respostas: O que me tira do alvo?

CATEGORIA		FREQUÊNCIA
DROGA		5
BEBIDAS		2
VIOLENCIA		2
INIMIGOS		2
OUTROS	AMIZADES	1
	INADEQUADAS	
	NÃO ESCUTAR	1
	CONSELHOS	
	GUERRAS	1

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A palavra “droga” foi a mais citada. Dessa maneira, os adolescentes demonstram fazerem uma associação entre o uso de drogas e seus malefícios, os tirando do alvo. No Plano Decenal (2015) apresentou-se um aumento na frequência de adolescentes, em medidas socioeducativas, usuários de drogas, como também, um aumento na reincidência. O referido

Plano sugere a hipótese de a reincidência estar diretamente ligada ao uso e abuso de substâncias entorpecentes.

A palavra “violência” foi utilizada por dois participantes. Além dessa, os termos “inimigos” e “guerras” parecem estar, intrinsecamente, interligados porque fazem referência à disputa de território pelas facções OKD e EUA, assunto tratado no capítulo três. Um participante escreveu: “*Eu mesmo porque fasso as coisas sem pensar e quando vo pensar é tarde*” (sic).

Segundo Frankl (2015), o sentimento de vazio existencial - fenômeno muito comum no século XX - propicia o desenvolvimento de neuroses e de dependências. Diante da frustrada vontade de sentido, o homem busca compensações, o uso de substâncias entorpecentes torna-se um disfarce ao vazio existencial. Frankl (2015) também sinaliza a vontade de poder (em geral o dinheiro) e a vontade de prazer (compulsão sexual) como possíveis máscaras a essa frustração. Ademais, a violência e a drogadição se constituem como sintomas da frustração existencial (FRANKL, 2011).

Sobre isso, afirma o autor: “Penso naqueles jovens, em escala mundial que se referem a si mesmos como *geração sem futuro*. Sem dúvida não é o cigarro que eles apeiam: são as drogas” (FRANKL, 2015, p. 163). Diante do vácuo existencial disseminado na sociedade, Frankl (2015) aponta a violência, a dependência de drogas e a depressão como os três elementos que compõe a denominada “síndrome neurótica de massas”. Em suas respostas, os socioeducandos citaram dois desses elementos: a violência e a dependência de drogas.

TABELA 5 – Frequência de respostas: Qual é o meu alvo?

CATEGORIA		FREQUÊNCIA
OUTROS	DAR ORGULHO A MINHA FAMILIA	3
	MUDAR DE VIDA	2
	CONSTRUIR UMA FAMILIA	2
	SAIR DAQUI	1
	SER UM	1
	TRABALHADOR	
	ESTUDAR	1
	FICAR COM A	1
	MNHA FAMILIA	
	VIVER FELIZ	1

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A tabela 5 refere-se àquilo que os participantes consideraram como alvo. A maioria dos adolescentes incluiu a família no “seu alvo”. “*Sonho viver uma vida feliz sem o perigo do meu lado e construir uma família*” (sic). A família, como alvo, demonstra todo o sentimento ainda presente, apesar da separação que estão vivendo. Segundo Frankl (2011), pode-se encontrar o sentido da vida por meio dos valores de criação, valores de experiência e valores de atitude.

Nos valores de experiência, encontra-se o sentido da vida por meio daquilo que o homem recebe do mundo, contemplando a natureza ou amando alguém. Os valores de experiência são vivenciados pela lembrança da família e do desejo de retornar a ela. Um adolescente escreveu: “*Mudar de vida, para dar orgulho a minha família toda*”. Mudar de vida significa adotar uma postura diferente perante o sofrimento de estar privado de sua liberdade, revelando, assim, valores de atitude, acompanhado de valores de experiência “*para dar orgulho a minha família toda*”. Frankl (2003) diz que os valores são flexíveis e mudam, a depender da situação, a cada momento que a vida impõe novas respostas. Valores de criação também são evidenciados pelo uso das palavras: trabalho, trabalhador e estudar. Os valores de criação se referem àquilo que o homem dá ao mundo, seus atos criativos.

Outra categoria de resposta foi relativa à família “*dar orgulho a família ou a mãe*”. Frankl (2015) considera que o ser humano sempre se encontra sob o olhar desafiante de alguém, ou seja, daquela pessoa, que se espera não decepcionar e que, por conseguinte, sinta orgulho da sua forma de estar no mundo. Ademais, segundo Frankl (2015, p. 130), a busca por sentido deve causar tensão em vez de equilíbrio, diante do que se é e do que se deveria ser, o homem vê-se desafiado. “Algo que é inerente ao ser humano e por isso indispensável ao bem estar mental”. Desse modo, segundo o autor em tela, o que o ser humano precisa é uma constante tensão entre a pessoa e o sentido que deve ser realizado por ela.

5.2.1.3 Liberdade e Responsabilidade

O quarto encontro foi iniciado com uma dinâmica em que cada adolescente escolheu uma figura, entre muitas que estavam espalhadas sobre a mesa. A pesquisadora colocou figuras diferentes da mesma categoria. (ex. refrigerante de uva, refrigerante de limão, guaraná; mulheres loiras, morenas, ruivas...). Foi pedido que cada um justificasse sua escolha.

Em seguida, a letra da música “Epitáfio” (Titãs) foi entregue para que todos pudessem acompanhá-la ouvindo o som. Na música, o autor vai citando o que ele deveria ter feito e não fez. O refrão diz: “O acaso vai me proteger...”. A partir dela, a pesquisadora conduziu o debate em torno dos conceitos de liberdade e responsabilidade, segundo a “logoterapia” (FRANKL,

2011), de forma dialógica, de maneira que todos puderam se expressar. Na autoavaliação, os adolescentes preencheram um quadro com as seguintes proposições: “Eu não sou livre de” e “Eu sou livre para”.

TABELA 6 – Frequência de respostas: Eu não sou livre de:

CATEGORIA	FREQUÊNCIA
SAIR DAQUI	4
IR PARA A RUA	3
IR PARA CASA	2
IR PARA A CAMA	1
OUTROS	NA HORA QUE EU QUERO
	JOGAR NA HORA
	1

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Os adolescentes responderam prontamente a preposição “Eu não sou livre de”. *Sair daqui* foi o termo mais utilizado. Pode-se observar que todos colocaram respostas referentes à liberdade de ir e vir, ou seja, os participantes, diante do destino, da situação, momentaneamente irremediável, da qual não se pode evitar, não conseguem visualizar liberdade alguma. Segundo Frankl (2011), exatamente nessas ocasiões, onde há o inevitável, é que se abre a oportunidade para a realização dos valores de atitude.

Ressalta-se que, a medida de internação priva o adolescente tão somente de sua liberdade, todos os demais direitos são assegurados. Desse modo, valores vivenciais e valores de criação também podem fazer parte da vida dos socioeducandos. Segundo Frankl (2011) o primeiro refere-se a aquilo que o homem recebe do mundo, e o segundo, relaciona-se a tudo aquilo que o homem dá ao mundo em forma de obras e criações.

TABELA 7 – Frequência das repostas: Eu sou livre para.

CATEGORIA	FREQUÊNCIA
NAMORAR	3
PENSAR	3
ESTUDAR	2
REFLETIR	2
COMER	2
TRABALHAR	1

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

À *priori*, quando receberam o quadro para responderem, todos disseram, automaticamente, que não eram livres, somente após os questionamentos da pesquisadora é que começaram a responder. Mesmo assim, quatro participantes se recusaram a responder. De maneira imediata, os adolescentes não conseguiram entender que possuíam liberdade para fazer alguma coisa, mesmo encontrando-se no cumprimento de medida socioeducativa de internação. Frankl (2015, p. 88) propõe que, mesmo diante de total privação de liberdade, o ser humano continua “com um resquício de liberdade do espírito humano, de atitude livre do eu frente ao meio ambiente”. Essa postura livre perante o inevitável são os valores de atitude, pelos quais se encontra o sentido da vida em situações em que não se pode mudar. “*Sou livre para pensar e refletir o erro que eu fis*” (*sic*). De forma geral, os adolescentes têm uma consciência do destino imediato, entretanto, ainda apresentam dificuldades para refletir sobre sua área de liberdade.

Alguns adolescentes perguntaram se essas respostas iriam ser mostradas ao juiz - parece que eles estavam um pouco receosos em responder, de forma autêntica, mesmo tendo sido explicado que as respostas eram sigilosas e utilizadas apenas na pesquisa. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a medida de internação não comporta prazo determinado, devendo ser reavaliada a cada seis meses. Desta feita, semestralmente, a equipe técnica faz relatórios de cada adolescente para a autoridade competente.

5.2.1.4 Autotranscendência

Iniciamos o encontro fazendo uma dinâmica em que cada participante deveria falar, rapidamente, um após o outro uma frase utilizando o termo “ostentar”, termo bastante utilizado pelos adolescentes, no que se refere ao consumismo. As frases sempre continham algum produto de marca famosa. Um adolescente disse: “*As meninas gostam do cara que ostenta de moto!*”.

Em seguida, foi colocada a música “Ostentar Esperança” de MC Gui para que todos pudessem ouvir e acompanhar a letra impressa. O debate iniciou com a pesquisadora falando um pouco sobre a biografia do cantor e, em seguida, conduziu a discussão explorando o termo “ostentar” que, na música, é utilizado com outra conotação; se refere ao próximo, a ajudar os outros. Na autoavaliação, os adolescentes receberam um quadro com duas perguntas para responderem: “O que estou fazendo?” e “O que devo fazer?” A pesquisadora orientou-os a responder fazendo referência à comunidade, a seus amigos e às suas famílias.

TABELA 8 - Frequência das respostas: O que estou fazendo?

CATEGORIA		FREQUÊNCIA
DANDO DESGOSTO		4
FAZENDO DE TUDO PARA SAR DAQUI / IR PARA CASA		2
PERDENDO A AMIZADE DOS AMIGOS		2
ESTOU FAZENDO MINHA FAMÍLIA FELIZ /FAZENDO O BEM		2
OUTROS	NADA DE BOM	1
	PERDENDO A CONFIANÇA DA MINHA COMUNIDADE	1
	COLOCANDO MEDO NA COMUNIDADE	1
	AJUDANDO OS AMIGOS	1
	FAZENDO BESTEIRA	1

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Quatro adolescentes responderam que estão “*dando desgosto*” às suas famílias - essa expressão pode indicar um sentimento de culpa - tal proposição é corroborada pelo adolescente 3 ao responder que deve “*pedir perdão*”. Segundo Frankl (2011), a dor, a culpa e a morte correspondem à tríade trágica. Esses três elementos fazem parte da existência humana e não são desprovidos de sentido, podendo ser encontrados através dos valores de atitude. “É privilégio do homem a possibilidade da culpa, bem como sua responsabilidade em superá-la” (p. 95).

A liberdade torna-se um conceito negativo, se privado de seu complemento positivo, que é a responsabilidade. “A liberdade pode corromper-se em mera arbitrariedade, a menos que

seja vivida nos termos da responsabilidade” (FRANKL, 2011, p. 66). Destarte, a culpa é decorrente de uma liberdade desprovida de responsabilidade, sobretudo, quando há intencionalidade nas escolhas de um indivíduo.

TABELA 9 - Frequência das respostas: O que devo fazer?

CATEGORIA	FREQUÊNCIA
DAR ORGULHO	4
AJUDAR AOS OUTROS	3
MUDAR DE VIDA	2
GANHAR A CONFIANÇA	2
PEDIR PERDÃO	1
OUTROS	
ESPERAR A LIBERDADE	1
FAZER MINHA MÃE FELIZ	1
BOTAR A MENTE PARA FUNCIONAR	1

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A autotranscendência e a consciência são características essencialmente humanas, ontológica. Nesse sentido, os socioeducandos demonstram perspectivas para a realização de valores. Segundo Frankl (2011), a realização pessoal acontece quando o homem preenche um sentido lá fora. A autorrealização não se constitui um fim em si mesmo.

Um participante escreve: “*Botar a mente para funcionar*”. Destarte, a capacidade de reflexão tem como seu órgão, a consciência; por ela, o homem é capaz de julgar e avaliar suas ações e sua realidade. Na busca pelo sentido, o homem é conduzido por sua consciência. Esse órgão age, de forma intuitiva, direcionado pelos valores, mas pode ser também criativo (FRANKL, 2011).

5.2.1.5 Conformismo e Totalitarismo

Iniciamos a intervenção com uma dinâmica de interação, onde os adolescentes foram divididos em dois grupos, cada grupo com a tarefa de encher um recipiente com água utilizando apenas um copo furado que deveria ir passando de um para o outro. O ganhador seria o grupo que enchesse mais o recipiente em menos tempo.

Posteriormente, entregamos um texto fotocopiado intitulado: “A roupa nova do rei” citado por Aquino (2015) para a realização de uma leitura coletiva. O texto conta a história de um rei, que andou despido pela cidade, pois foi guiado pelos outros (conformismo). Após a leitura, iniciou-se a discussão do texto. A pesquisadora, como mediadora da intervenção, dirigiu

a discussão trazendo os termos conformismo e totalitarismo, e utilizou, como exemplo, a dinâmica inicial, para explicar o conceito de vácuo existencial. Segundo Frankl (2001), o conformismo e o totalitarismo são sintomas do vácuo existencial. O ser humano, sem saber o que deseja, despido de sentido para sua existência, reproduz o que os outros fazem (conformismo), ou tão somente age sem refletir, fazendo o que os outros desejam (totalitarismo).

A leitura do texto não motivou os participantes, o que pode ser decorrente da dificuldade na leitura, apresentada pela maioria, fato preocupante, pois todos estão ou no Ensino Médio ou nas últimas séries do Ensino Fundamental II. Na autoavaliação, foi pedido que os adolescentes escolhessem uma das imagens (em anexo) que estavam sobre a mesa e, oralmente, relacionassem com os dois termos utilizados: o conformismo e o totalitarismo. A participação foi relevante, no sentido de proporcionar, mais uma vez, a reflexão sobre o modo de vida de cada um. Um adolescente disse “*Os cara meteram o pau só porque o menino tava andando assim*”, se referindo a um adolescente, que teria sido agredido pela polícia, por estar andando de forma desajeitada na rua.

5.2.1.6 O Valor e a Dignidade do Ser Humano

No sexto encontro da intervenção, observamos que os adolescentes estavam bem entrosados. Iniciamos com uma história intitulada “Nossos defeitos ou nossas virtudes?” (*apud* AQUINO, 2015), contada pela pesquisadora, utilizando recursos visuais, para ilustrar todos os elementos, que eram citados na narrativa.

Em seguida, ouvimos a música “Auto Reverse” de “O Rappa” - a música trata da alegria de se viver, mesmo diante das dificuldades da vida. Logo após, foi conduzida a discussão sobre o tema, tendo como ponto de partida a música ouvida. Durante esse percurso, foi proporcionada a oportunidade para que todos expressassem sua opinião. Na autoavaliação, foi realizada uma “chuva” de papéis com defeitos e qualidades escritos. Os adolescentes deveriam escolher quais defeitos ou qualidades eles tinham, e colar em uma folha de ofício. As respostas podem ser visualizadas na tabela 10.

TABELA 10 - Frequência das respostas: Minhas Qualidades e Meus Defeitos

CATEGORIA		FREQUÊNCIA
AMOR		9
AFETO		9
SABEDORIA		7
HONESTIDADE		3
PACIENCIA		3
OUTROS	ESFORÇO	1
	CRUELDADE	1
	AMIZADE	1
	FORÇA	1

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

As palavras amor e afeto foram as mais utilizadas pelos participantes. Segundo Frankl (2011), o amor e a consciência constituem-se nos fenômenos mais humanos. Para o autor em tela, esses dois fenômenos revelam a capacidade de autotranscendência. “O homem transcende a si mesmo tanto em direção a outro ser humano, quanto em busca do sentido” (p. 29).

Na participação oral, surgiram as seguintes colocações: *“Eu não gosto de trabalhar não, e quando a gente não trabalha acaba dando um jeito”* e *“É, tem uns caba que tem que morrer mesmo”* quando foi citada uma estrofe da música, que fala sobre como é importante estar vivo. Nas frases supracitadas, encontramos, de maneira subjetiva, o que Silva (2003) cita como a subcultura do crime, ou seja, valores e normas sociais diferentes das que são, legalmente, estabelecidas em nossa sociedade. Se não trabalha, dá-se um jeito, se tal indivíduo transgrediu uma norma dessas subculturas, “tem que morrer mesmo”, sem levar em consideração as leis vigentes ou os padrões sociais.

Segundo Frankl (2015), a perda dos instintos animais básicos e a perda das tradições corroboram para o vazio existencial, pois o ser humano, sem os instintos e as tradições, como uma bússola para indicar o que deveria fazer, não sabe o que deseja fazer, sendo acometido do vácuo existencial, que, por sua vez, é manifestado por um estado de tédio e de apatia: sintomas descritos na fala dos participantes, que revelam a indisposição para a realização de alguma atividade laboral e a total indiferença com a vida humana.

5.2.1.7 Dizer Sim à Vida Apesar De Tudo

Nesse encontro, apenas sete adolescentes puderam participar, devido à problemas internos da unidade socioeducativa. Iniciamos com a dinâmica de interação “Vôlei com Toalhas” em que os participantes foram divididos em duplas, cada dupla deveria estar segurando uma toalha aberta, de onde deveriam arremessar uma bola para a outra dupla utilizando essa toalha.

Em seguida, ouvimos a música: “Anjos pra quem tem fé” de O Rappa. A música traz uma mensagem de esperança, tendo a fé como motivadora de dias melhores. A partir dela iniciou-se a discussão do tema, e a fala dos adolescentes eram utilizadas, como propulsora, para o diálogo, na medida em que cada um se expressava, o tema era problematizado.

Os socioeducandos se interessaram pela música em tela, pois essa é uma banda que os participantes escutam, com frequência. Na autoavaliação, foi entregue um quadro onde eles deveriam responder à duas proposições: Qual a sua maior dificuldade? O que você pode fazer para superar? As respostas estão elencadas na Tabela 11, logo abaixo:

TABELA 11 – Frequência das respostas: Qual a sua maior dificuldade?

CATEGORIA		FREQUÊNCIA
OUTROS	SAIR DAQUI	4
	ESTAR LONGE DA FAMÍLIA	1
	ESTAR AQUI NO CSE	1
	SOU EU MESMO	1
	NÃO SEGUIR O CONSELHO DA MINHA MÃE	1

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A resposta mais utilizada pelos adolescentes, no que se refere à sua maior dificuldade, foi: Sair do Centro Socioeducativo. A privação da liberdade, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 121º (ECA, 1990), é a medida socioeducativa mais gravosa e não comporta prazo determinado, podendo perdurar até três anos. Desse modo, para esses adolescentes, a liberdade é o desejo mais almejado, como também, a sua maior dificuldade.

Frankl (2015), a respeito da experiência de um prisioneiro, em um campo de concentração, que não sabe quando acabará seu encarceramento, afirma que, “aquilo que se encontra do lado de fora do arame farpado, muito cedo, parece inacessível e finalmente irreal,

de certo modo” (p. 95). Fazendo uma comparação com a situação vivida por esses adolescentes, a sensação e o sentimento deles parecem o mesmo descrito por Frankl. Não conseguem enxergar outras dificuldades, além da própria privação de liberdade.

Encontrou-se uma exceção na declaração oral de um dos adolescentes: “*Quem vai dar emprego para um cara que estava preso?*” Dessa forma, o participante exprime sua preocupação com o futuro, para além dos muros do Centro Socioeducativo. Zamora (2005, p. 74) cita uma pesquisa realizada em uma unidade de internação onde se revelou que, além dos problemas internos como espancamentos, humilhações e ociosidade, mesmo os adolescentes que saíam de “cabeça erguida e com um sentimento de estar limpo” ainda precisarão enfrentar grandes barreiras, correndo risco de morte, por possíveis desafetos, os laços familiares encontram-se enfraquecidos e sofrem com a discriminação da sociedade, como bem falou o participante supracitado.

TABELA 12 – Frequência das respostas: O que você pode fazer para superar?

CATEGORIA		FREQUÊNCIA
INDO PARA A ESCOLA		2
COMPORTANDO-SE		2
OUTROS	SUPERAR O ERRO QUE FIZ	1
	TER FÉ	1

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

As respostas referentes ao que se deve fazer para superar, com maior frequência, diz respeito aos seus deveres dentro da instituição: frequentar a escola e manter um bom comportamento. Um adolescente escreve: “ter fé mais em mim”. Para a logoterapia, o que capacita à superação de dificuldades é a percepção de um “para quê viver”, ou seja, um sentido ou um valor que está além dos obstáculos internos ou externos. Dessa maneira, “ter mais fé em si mesmo” é ter consciência de sua unicidade, é saber o “por que” de sua existência (FRANKL, 2015).

5.2.1.8 O Suprassentido

Na dinâmica de interação foi proposto que, em uma única folha de papel, todos os adolescentes desenhasssem uma paisagem. De forma contínua, cada um deveria desenhar algo para complementar o que o outro já tinha desenhado. Ao término, o desenho deveria ser realizado por todos.

Para corroborar com o debate sobre o tema, a pesquisadora trouxe para os participantes a música “A vida é desafio” de Racionais MC - a música trata dos desafios oferecidos pela vida, que são possibilidades para a superação, quando se tem sonhos. A letra da música, como propulsora para a reflexão, motivou a participação. A pesquisadora dirigiu a conversa no sentido da compreensão do conceito de crença incondicional no sentido da vida, que era o objetivo do encontro. Na autoavaliação, foi distribuído estrofes da música, de forma aleatória, para que eles formassem a música completa.

Durante a conversa, a pesquisadora citou um exemplo: *“Até aqui dentro vocês podem encontrar coisas boas, como a escola, pois quem estaria estudando se estivesse em liberdade?”* Todos os adolescentes concordaram e afirmaram que, realmente, não estariam estudando. Um deles continuou: *“Quando eu estava na escola, lá fora, eu roubei a bolsa da diretora”*. Nesse momento, todos os outros adolescentes começaram a rir. Diante do exposto, sem saber exatamente o que fazer a pesquisadora, em tom de ironia, disse: *“Eu não acredito que se fosse eu, você roubaria a minha bolsa”*. O socioeducando respondeu: *“Não sei, né?”*

Segundo o Plano Decenal (2015), tanto nas medidas socioeducativas em meio aberto como na internação, o roubo é a infração mais cometida pelos adolescentes. Diante de uma conjuntura social desfavorável e a negação de seus direitos básicos, as infrações tornam-se uma ação afirmativa e de inclusão social (IKUMA; KODATO; SANCHES, 2013).

Frankl (2015, p. 112) afirma que, mesmo diante das mais irremediáveis circunstâncias ainda restam ao ser humano possibilidades de escolha, de mudar a si mesmo. “O que é, então, um ser humano? É o ser que sempre decide o que ele é”. Desse modo, entende-se que o ser humano não é constituído de causa e efeito. Sua consciência o capacita a elevar-se sobre si mesmo e avaliar suas ações, como também sua própria realidade (FRANKL, 2011).

5.2.1.9 A Descoberta do Sentido

O décimo encontro começou com a dinâmica denominada “Batata Quente” em que os adolescentes deveriam jogar uma bola uns para os outros - quem jogava deveria dizer uma

palavra - quem recebia a bola falava outra palavra correlacionada. Após esse momento introdutório ouvimos a música “A natureza das coisas” de Flávio José - a música traz uma reflexão a respeito da temporalidade: momentos de dificuldades precedem realizações. A discussão foi bem produtiva, com boa participação de todos. Algumas perguntas foram propostas para motivar o debate. Como eu encaro as dificuldades? Será que somente eu passo por momentos difíceis? Quais são as possibilidades que eu tenho para mudar a minha vida?

No final do encontro, realizou-se a dinâmica inicial, um adolescente falou a palavra “roubo” e os demais associaram com as seguintes palavras: *bala, revólver, granada, pó, tiro, grampo, colete, pistola* ... uma cadeia de palavras surgiram e, em determinado momento, o agente socioeducativo, que estava presente, entrevistou e disse: “*A polícia não chega não é?*” Vale ressaltar que as palavras eram ditas, quase, de forma instantânea.

Dessa maneira, inferimos que essas palavras fazem parte do repertório desses adolescentes, da subcultura, conforme Silva (2003) “As falas, [...] em que caracterizam e descrevem situações e cenários da criminalidade, denunciam violações, expõem diferenças e ensinam sobre os valores e estratégias de sobrevivência dessa população (p.159)”. Possivelmente, essa subcultura dificulta a percepção de novos sentidos para a vida desses adolescentes.

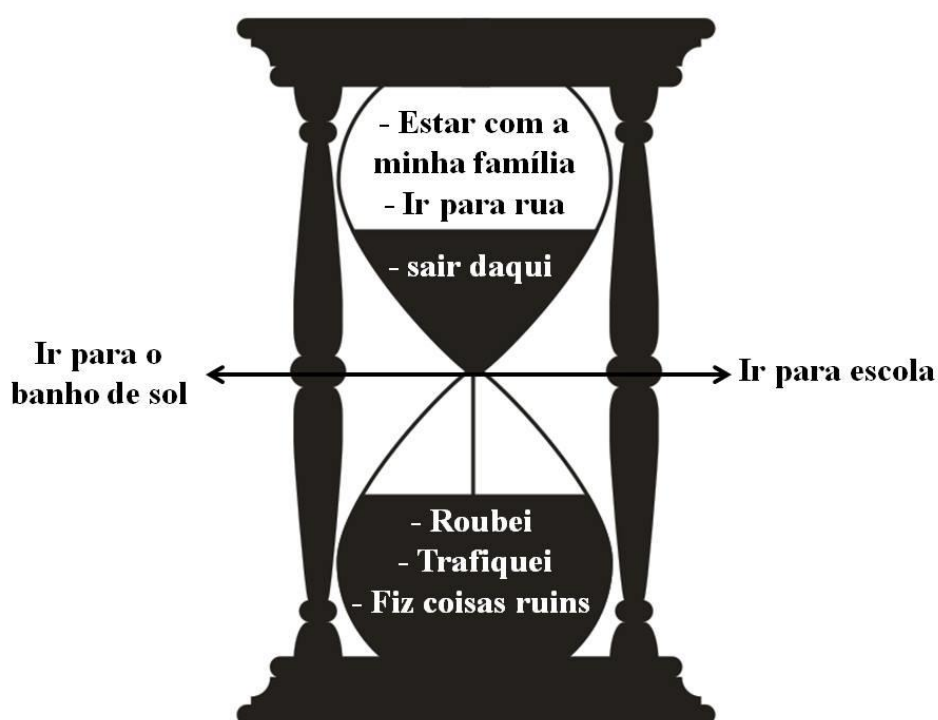
5.2.1.10 Projeto de Vida

No início do encontro foi proposto um breve relaxamento, pediu-se que os adolescentes fechassem os olhos, sentissem a respiração e expiração, e pensassem em como seria o futuro de cada um. Em seguida, foi contada a história do escultor Galeano (1988, *apud* AQUINO, 2015, p. 206). A história conta que um escultor fez um cavalo e é questionado por uma criança que não consegue entender como, de um pedaço de pedra, ele conseguiu fazer essa obra. Após a história, os participantes puderam comentar.

Algumas perguntas foram utilizadas como fio condutor à discussão: Como se aplica essa história a sua vida? Como o escultor poderia responder a pergunta da criança? Como você está lapidando a sua vida? Na autoavaliação, cada adolescente recebeu o desenho de uma ampulheta. A pesquisadora fez um breve comentário sobre o que significa esse objeto, para que serve e como eram utilizados, antigamente, fazendo uma analogia da ampulheta com as etapas da vida humana, os grãos da parte inferior com o passado, os grãos da parte superior com as possibilidades que o futuro oferece e os grãos que discorrem entre a parte superior e a inferior com o tempo presente.

Ao lado de cada parte (superior, meio, inferior) da ampulheta, em um espaço, os adolescentes responderam a três perguntas: Quais são as possibilidades que se encontram no meu futuro? O que estou fazendo com o meu presente? O que realizei? Na parte superior todos escreveram: “sair daqui” ou este mesmo desejo sendo expresso sob a forma de “*estar com a minha família*”, “*ir para rua*”. Na parte do meio, no que se refere ao presente, todos colocaram as atividades que fazem no Centro Socioeducativo: “*ir para escola*”, “*ir para o banho de sol*”. Na parte inferior, todos fizeram referência ao ato infracional que praticaram: “roubei”, “trafiquei”, “fiz coisas ruins”.

FIGURA 2: Representação do “passado”, “presente” e “futuro”



Fonte: Adaptado pela própria autora (2017).

Diante da privação de liberdade, os adolescentes conseguem enxergar perspectivas para seu futuro limitadas a sair do Centro Socioeducativo, fazendo-se necessário, desse modo, desenvolver atividades, que permitam aos adolescentes a visualização de outras possibilidades. Segundo Frankl (2015, p. 97), “o ser humano somente pode existir com uma perspectiva futura.” No futuro, encontra-se a força espiritual para continuar vivendo em meio às circunstâncias adversas.

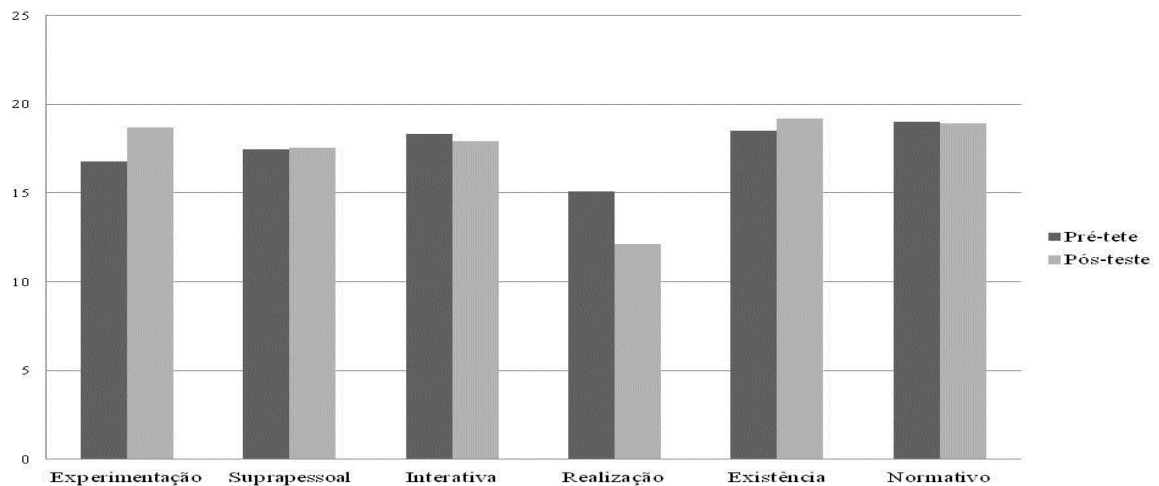
Segundo Griffo e Moreno (2011), na medida em que o adolescente elabora o seu plano de vida, busca caminhos para a sua formação individual. Para isso se faz necessário: Autoconhecimento (ser você mesmo); Desejo de realizar-se (quero chegar a viver em plenitude); Escolha e confronto (escolher algo significa sacrificar algo).

Para Frankl (2015), orientar o indivíduo a enxergar perspectivas, no futuro, o protege e o ajuda a superar situações limites. Frankl (2015, p. 101) ainda cita Nietzsche: “Quem tem por que viver aguenta quase tudo como”. As possibilidades que o futuro oferece (que vão além de simplesmente estar em liberdade), conforme foi ilustrado com o desenho da ampulheta, tornam-se medidas preventivas contra as possíveis recaídas no ato infracional. Em última análise, pode-se afirmar que atividades que fomentam reflexões sobre projetos de vida são preventivas à reincidência.

5.3 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO

Esse tópico destina-se à avaliação dos resultados do projeto de intervenção. Os dados quantitativos foram interpretados a partir da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos.

FIGURA 3 - Representação gráfica das subfunções valorativas (Grupo Experimental)



Fonte: Adaptado pela autora (2017).

TABELA 13 – Médias/Desvio Padrão das Subfunções Valorativas no Pré e Pós Teste (Grupo Experimental)

SUBFUNÇÕES VALORATIVAS	PRÉ-TESTE (média)	PÓS-TESTE (média)
EXPERIMENTAÇÃO	16, 7778 (dp=2,33)	18, 6667 (dp=1,87)
SUPRAPESSOAL	17,4444 (dp=3,84)	17, 5556 (dp=4,10)
INTERATIVA	18,3000 (dp=2, 45)	17,9000 (dp=3,45)
REALIZAÇÃO	15,1000 (dp=2,56)	12,1000 (dp=2,51)
EXISTÊNCIA	18,5000 (dp=2,32)	19,2000 (dp=2,35)
NORMATIVA	19,0000 (dp=2,16)	18,9000 (dp=2,96)

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Um teste “*t*” para medidas repetidas sugeriu que há diferença significativa na subfunção realização [$t(9) = 3,40$, $p < 0,01$]. Essa subfunção é composta pelos valores: Poder - ter poder de influência e liderar uma equipe; Prestígio - saber que é admirado por muita gente; e Êxito - possuir o que se deseja - ser eficiente (GOUVEIA, 2013).

A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos tem, como pressuposto teórico, a natureza humana como benigna; desse modo, apenas valores positivos são aceitos. No entanto, a ênfase em valores de determinadas subfunções em detrimento de outras subfunções “pode produzir uma perturbação no sistema valorativo, gerando perfis desviantes” (GOUVEIA, 2013, p. 127).

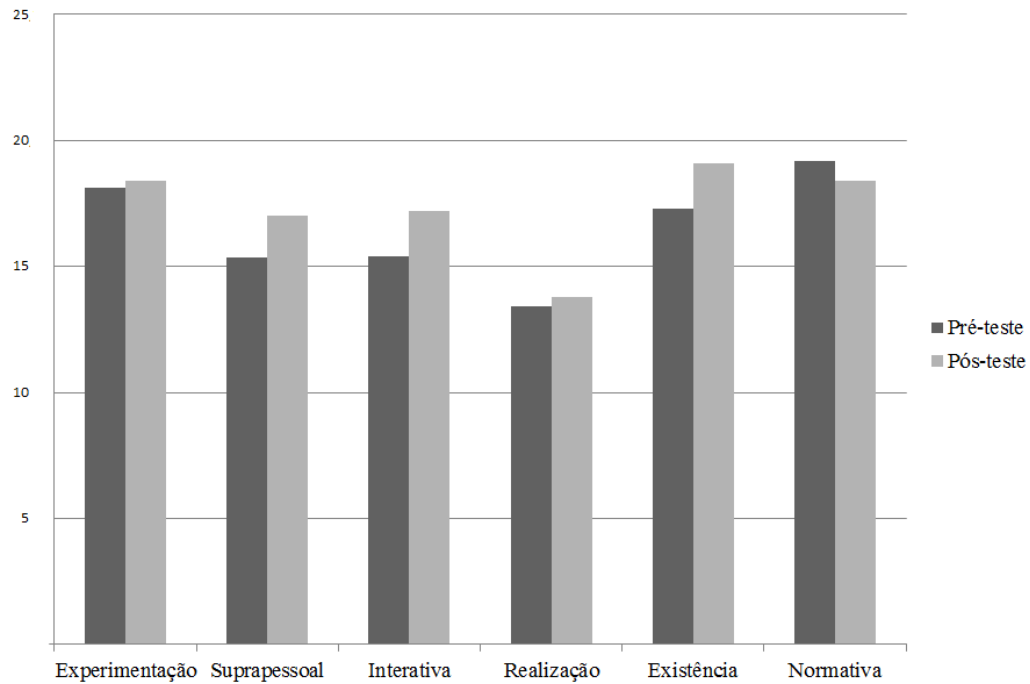
A subfunção “realização” tem por tipo de orientação valorativa o pessoal - o indivíduo por si mesmo. Formiga (2006) aponta que, maior prevalência de valores, com tipo de orientação pessoal - experimentação e realização - pode ser um fator maximizador de condutas desviantes e atos delitivos.

Os seguintes questionamentos podem ser feitos: para esses adolescentes, nas circunstâncias que estão inseridos, o que significa o valor *poder*, ser líder? E *prestígio*? Saber que é admirado por quais motivos? E o valor *êxito*? Possui o que deseja a que custo?

Um fato relevante foi que, durante a aplicação do pré e do pós-teste, a pesquisadora observou que, na hora de pontuar a subfunção “poder”, alguns adolescentes se olharam e riram. Desse modo, inferimos que os adolescentes estavam receosos, no que se refere a esse valor, pois, afirmar que, para eles, é importante ter poder de influenciar e liderar um grupo pode

comprometê-los. No contexto em que estão inseridos, como, por exemplo, fazer referência direta à liderança da facção, algo extremamente arriscado para ser dito ou almejado.

FIGURA 4 - Representação Gráfica das Subfunções Valorativas (Grupo Controle)



Fonte: Adaptado pela própria autora (2017).

No Grupo Controle, foi constatado que não ocorreu diferença significativa ($p > 0,05$) entre as médias das subfunções valorativas no pré e pós-teste.

**TABELA 14 – Médias/Desvio Padrão das Subfunções Valorativas no Pré e Pós Teste
(Grupo Controle)**

SUBFUNÇÕES VALORATIVAS	PRÉ-TESTE (média)	PÓS-TESTE (média)
EXPERIMENTAÇÃO	18,1000 (dp=1, 97)	18,4000 (dp=2,59)
SUPRAPESSOAL	15,3333 (dp=3,46)	17,0000 (dp=2,24)
INTERATIVA	15,4000 (dp=3,53)	17,2000 (dp=3,52)
REALIZAÇÃO	13,4000 (dp=2,50)	13,8000 (dp=2,82)
EXISTÊNCIA	17,3000 (dp=2,83)	19,1000 (dp=1,85)
NORMATIVA	19,2000 (dp=2,15)	18,4000 (dp=2,41)

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a realidade atual de aumento no número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, entendemos que todas as áreas do conhecimento podem contribuir com estudos, a partir de seus pressupostos teóricos, não sendo diferente para o campo das Ciências das Religiões. Buscou-se a compreensão de que a espiritualidade, como um fenômeno humano, é vivenciada por todos, no entanto, de maneira particular para cada um. Desse modo, sinalizamos que a espiritualidade pode ser experimentada dentro das unidades socioeducativas sem ferir o princípio da laicidade estatal. Em conformidade com a nomenclatura do Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões da UFPB dissertou-se partindo do entendimento da religião na sua polissemia, como produção sociocultural humana. Privilegiou-se o conceito de espiritualidade, pois, esse, pode ou não, ser atrelado a alguma forma de religião.

O objetivo geral desse estudo foi analisar o papel da espiritualidade na mudança valorativa de adolescentes em medida socioeducativa de internação. Teve, como objetivos específicos, avaliar um processo de intervenção e verificar os resultados de uma intervenção baseada na busca de sentido de vida e na mudança valorativa de um grupo de adolescentes, que cumprem medida socioeducativa de internação. Considera-se que tais objetivos foram plenamente atingidos, tendo em conta os resultados, anteriormente, apresentados.

Ao tratar da problemática do adolescente em medida socioeducativa, a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos e a logoterapia foram apresentadas como mais um prisma a ser considerado, diante da prática de atos infracionais cometidos por adolescentes.

No processo de intervenção, pode-se observar que os adolescentes atribuem características positivas a eles mesmos, no entanto, os outros se referem a eles de maneira pejorativa e preconceituosa. Drogas e violência foram os elementos mais apontados, por eles, como elementos que os tiram do alvo, o que reflete a banalização da vida, a falta de sentido e o valor da própria existência, o que pode ser considerado como motivo para isso.

Em se tratando dos resultados da eficácia da intervenção (Análise Quantitativa), no pós-teste, os adolescentes, que participaram da intervenção, apresentaram diferença significativa na subfunção realização. Dessa maneira, o projeto de intervenção apresenta-se como positivo. Formiga (2006) assevera que a prevalência de valores de orientação pessoal (experimentação e realização) podem fomentar atos delitivos.

Desta feita, a vivência de práticas pautadas em outros valores pode corroborar com o processo socioeducativo. Intervenções, que privilegiem a fomentação de valores das

subfunções com o motivador humanitário e/ou orientação social, podem contribuir para que o adolescente não reincida em outro ato infracional. Indivíduos guiados por valores sociais estão menos propensos a envolverem-se em condutas antissociais e delitivas (FORMIGA; GOUVEIA, 2005). Corroborando com essa ideia, Santos e Lopes (2016) asseveram que o desequilíbrio entre os valores individualistas e coletivistas, ao serem somados a uma conjuntura desfavorável, pode ser a mola propulsora para comportamentos antissociais.

O referido estudo possui limitações: a presença de outras pessoas (no caso, os agentes socioeducativos) tolheu, em alguns momentos, a expressão espontânea dos participantes; o não comparecimento de alguns adolescentes, devido a problemas internos na instituição em todos os encontros, certamente minimizou os resultados positivos; possivelmente, o número de intervenções tenha sido insuficiente, justificando assim, a não variação nos escores médios das outras subfunções.

Como expansão do trabalho, propõe-se que o projeto de intervenção seja realizado com adolescentes, que cumprem outras medidas socioeducativas: Liberdade Assistida, Prestação de Serviço à Comunidade e Semiliberdade, podendo, assim, ser um fator preventivo para que esses adolescentes não cheguem à internação, evitando, desse modo, o *déficit* de vagas nas unidades socioeducativas.

Sugere-se que pesquisas com adolescentes do sexo feminino sejam realizadas. No estado da Paraíba existe uma única Unidade Socioeducativa destinada a esse público. Um estudo comparativo entre adolescentes que cometeram ato infracional e adolescentes “normatizados” também pode ser significativo. Por fim, propõe-se um estudo longitudinal, em que se pode acompanhar a trajetória desse adolescente até a idade adulta por meio de um estudo *follow up*.

A problemática do adolescente, em conflito com a lei, é desafiadora para qualquer sociedade. O engajamento em grupos religiosos, a escolarização e a prática de esportes têm sido apontados como fatores de proteção (SANTOS; LOPES, 2016). A pesquisa por possíveis propulsores da criminalidade e fatores protetivos devem ser acompanhadas pela procura por fatores de caráter correccionais.

Os programas religiosos apresentam-se como os mais antigos, no que concerne à reeducação de pessoas privadas de liberdade. De forma geral, aspectos como a reflexão, o amor a si mesmo e aos outros, perdão e o vislumbrar de novas perspectivas fazem parte do conteúdo desses grupos. Esses aspectos são propícios à mudança valorativa. Alves (2016) corrobora “as tradições religiosas têm um grande elo que as une, que é chamado de regra de ouro, que pode

ser resumido em um substantivo, Amor” (p. 121). Desse modo, acredita-se ser salutar a inserção de programas religiosos na agenda dos Centros Socioeducativos.

Espera-se que este estudo corrobore com as reflexões a respeito da adolescência e, em especial, no que diz respeito a adolescentes em medida socioeducativa. Pretende-se sinalizar novas atividades, que possam ser aplicadas no cotidiano do Centro Socioeducativo, com foco no sentido da vida, de modo a maximizar os fatores de proteção e diminuir a reincidência dos adolescentes no Sistema Socioeducativo. Desta maneira, objetiva-se contribuir para que a medida socioeducativa de privação de liberdade seja, de fato, pedagógica, e não apenas punitiva, para que o adolescente, após a internação, tenha condições reais de vivenciar sua cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. A. S. Religião: Identidade e conceito. *In*: GOMES, E. S. L., JUNQUEIRA, S. R. A. (Orgs.). **Ensino Religioso: religião e cultura**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.
- AQUINO, T. A. A. **A presença não ignorada de Deus na obra de Viktor Frankl**: articulações entre logoterapia e religião. São Paulo: Paulus, 2014.
- AQUINO, T. A. A. **Sentido da vida e valores no contexto da educação**: Uma proposta de intervenção à luz do pensamento de Viktor Frankl. São Paulo: Paulinas, 2015.
- AQUINO, T. A. A., SILVA, J. P., FIGUEIREDO, A. T. B., DOURADO, E. T. S., FARIAS, C. S. Avaliação de uma proposta de prevenção do vazio existencial com adolescentes. *Brasília: Psicologia: ciência e profissão*, v. 31, n.1, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- AQUINO, T. A. A., DAMASIO, B. F., SILVA, J. P. **Logoterapia e Educação**: fundamentos e prática. São Paulo: Paulus, 2010.
- ARAUJO, C. M., OLIVEIRA, M. C. S. L. Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo. **Educação em Revista**. Belo Horizonte v.26 n.03 |p.169-194 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n3/v26n3a09>>. Acesso em: 01 ago. 2016.
- AVILLA, S. F. O. A adolescência como ideal social. *In*: I Simpósio Internacional do Adolescente, 1, 2005. Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://ww.proceedings.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 20 dez. 2015.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BAZILIO, L. C.; KRAMER, S. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BAZON, M. R.; KOMATSU, A. V., PANOSSO, I. R.; ESTEVÃO, R. Adolescentes em conflito com a lei, padrões de comportamento infracional e trajetória da conduta delituosa: um modelo explicativo na perspectiva desenvolvimental. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 2011 (5): 59-87. Disponível em: <http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/viewFile/258/246>. Acesso em: 20 out. 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília: Imprensa Nacional, 1990.
- BRASIL. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014**. Brasília: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. **Mapa do Encarceramento**: os jovens do Brasil. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Panorama Nacional à Execução das Medidas Socioeducativas de Internação.** Programa Justiça ao Jovem. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 2012. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-aojovem/panorama>>. Acesso em: 29 out. 2015.

BUENO, C. O. ; STRELHOW, M. R. W. ; CÂMARA, S. G. Inserção em grupos formais e qualidade de vida de adolescentes. Itatiba: **Psico-USF**, vol.15, no. 3. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712010000300005>. Acesso em: 20 nov. 2015.

COELHO JUNIOR, L. L. Uso potencial de drogas em estudantes do ensino médio: Suas correlações com as prioridades axiológicas. 2001. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

DAVOGLIO, T. R.; GAUER, G. J. C. Adolescentes em conflito com a lei: aspectos sociodemográficos de uma amostra em medida socioeducativa com privação de liberdade. **Contextos Clínicos**, vol. 4, n. 1, janeiro-junho 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Casa/Downloads/4497-14870-1-SM.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016.

DOURADO, E. T. *et al.* (2010). Fundamentos antropológicos da logoterapia e análise existencial. In: Damásio, B. F.; Silva, J. P.; Aquino, T. A. A. (Orgs.). **Logoterapia e Educação**. São Paulo: Paulinas, 2010.

ESPINDOLA, B. O. Um olhar sobre a infância e a juventude: Análise das instituições de acolhimento no Brasil e o direito a convivência familiar e comunitária. 2014. 70 f. **Monografia** (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 20014. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/37553/20.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2016.

FACHINETTO, N. J. A garantia do direito a convivência familiar e sua relação com as políticas públicas: uma análise transdisciplinar. 2008. 98 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito) Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp060744.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2015.

FERREIRA, L. A. M.. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e os Direitos Fundamentais**. Ministério Público de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/diversos_r/d_doutrina_diversos/li_vro_luiz_antonio.pdf. Acesso em: 27 jul. 2016.

FERREIRA, T. H. S., FARIAS, M. A. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Abr-Jun 2010, Vol. 26 n. 2, pp. 227-234. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n2/a04v26n2>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

FERREIRA, T. H. S.; FARIAS, M. A.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: teoria e prática**. Brasília, v. 26, nº. 2, p. 227-234, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n2/a04v26n2.pdf>. Acesso em: 03 set. 2016.

FONSECA, D. C.; OZELLA, S. As concepções de adolescência construídas por profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Botucatu: **Interface**, vol.14 nº 33 Apr./June 2010.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000200014. Acesso em: 20 ago. 2016.

FORMIGA, N. S. Testagem de um modelo empírico entre valores humanos e condutas desviantes em jovens. **Psicólogo Informação**. Ano 17. Nº 17, 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/PINFOR/article/viewFile/2309/3747>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FORMIGA, N. S. Valores Humanos e condutas delinquentes: As bases normativas da conduta Antissocial e delitiva em jovens brasileiros. **Psicologia para a América Latina**. México, Nº 7, agosto 2006. Disponível em: <http://psicolatina.org/Siete/valores>. Acesso em: 19 out. 2015.

FORMIGA, N. S.; AGUIAR, M.; OMAR, A. Busca de sensação e condutas antissociais e delitivas em jovens. Brasília: **Psicologia: ciência e profissão**, vol. 28, nº 4, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000400002. Acesso em: 30 mai. 2016.

FORMIGA, N. S.; GOUVEIA, V. V. Valores humanos e conduta anti-social e delitivas. **Psicologia: Teoria e Prática**, 2005. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1040/758>. Acesso em: 22 mar. 2015.

FRANKL, V. E. **A Vontade de Sentido**: Fundamentos e aplicações da logoterapia. Tradução de Ivo Studart Pereira. São Paulo: Paulus, 2011.

FRANKL, V. E. **Em Busca de Sentido**: um psicólogo no campo de concentração. Tradução de Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2015.

FRANKL, V. E. **Psicoterapia e Sentido da Vida**: Fundamentos da logoterapia e análise existencial. 4. ed. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003.

FRANKL, V. E. **Sede de Sentido**. São Paulo: Quadrante, 2003.

FROTA, A. M. M. C. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 7 (1), 147-160. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a13.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

GIOVANETTI, J. P. Psicologia existencial e espiritualidade. In: AMATUZZI, Mauro Martins (Org.). **Psicologia e Espiritualidade**. São Paulo: Paulus, 2005.

GOMES, E. S. L. **Um baú de símbolos na sala de aula**. São Paulo: Paulinas, 2013b.

GOMES, M. L. Análise diagnóstica das casas de semiliberdade (CASEM), em Recife-PE, quanto à implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). 2013a. 181 f. **Dissertação** (Mestrado em Gestão pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L.; FICHER, R.; SANTOS, W. S. Teoria Funcionalista dos Valores Humanos. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.) **Valores Humanos e Gestão: Novas Perspectivas**. São Paulo: SESC, 2008.

GOUVEIA, V. V. A Natureza Motivacional dos Valores Humanos: evidências acerca de uma nova tipologia. **Estudos em Psicologia**, v.8, n.3, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2003000300010&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 11 ago. 2016.

GOUVEIA, V. V. **Teoria Funcionalista dos Valores Humanos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

GRIFFA, M.C.; MORENO, J.E. **Chaves para a Psicologia do Desenvolvimento**, tomo 2: Adolescência, vida adulta, velhice. Tradução de Vera Vaccari. São Paulo: Paulinas, 2011.

IKUMA, D. M.; KODATO, S.; SANCHES, N. A. Significado de atos infracionais praticados por adolescentes em conflito com a lei. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo v.5, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

JOST, M. C. Fenomenologia das Motivações do Adolescente em Conflito com a Lei. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Jan-Mar 2010, Vol. 26 n. 1, pp. 99-108. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n1/a12v26n1>> Acesso em: 30 ago. 2016.

KOENIG, H. G. **Medicina, Religião e Saúde: o encontro da ciência e da espiritualidade**. Porto Alegre: LP&M, 2012.

LUZ, J. M. O. Avaliação de resultados e processo de uma intervenção para prevenção do vazio existencial entre adolescentes. Brasília. 2015. 122 f. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultural). Brasília, 2015.

LUZ, M. M. C. A religiosidade vivenciada na recuperação de dependentes químicos. **Dissertação** (Mestrado). PUC. Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MEDEIROS, E. D. Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: testando sua adequação intra e interculturalmente. João Pessoa. 2011. 255f. **Tese** (Doutorado em Psicologia Social). João Pessoa, 2011.

MORAIS, N. A., MORAIS, C. A., REIS, S., KOLLER, S. H. Promoção de saúde e adolescência: um exemplo de intervenção com adolescentes em situação de rua. **Psicologia e Sociedade**, 22(3), p. 507-518, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/98880>>. Acesso em 20 jul. 2016.

MOREIRA, N.; HOLANDA, A. Logoterapia e o sentido do sofrimento: convergências nas dimensões espiritual e religiosa. São Paulo: **Psico-USF**, v. 15, n. 3, p. 345-356, set./dez., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v15n3/v15n3a08.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (1965). Problemas de la salud de la adolescência. Informe de un comité de expertos de la O.M.S (**Informe Técnico nº 308**). Genebra.

Disponível em: ps.who.int/iris/bitstream/10665/38485/1/WHO_TRS_308_spa.pdf. Acesso em: 10 nov. 2014.

PANZINI, R. G.; BANDEIRA, D. R. **Coping** (enfrentamento) religioso/espiritual. ev. psiquiatr. clín. vol.34 suppl.1 São Paulo 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000700016. Acesso em: 06 out. 2016.

PARAÍBA. **Plano Decenal**. Plano de Atendimento Socioeducativo da Paraíba (2015-2014). Paraíba: A União, 2015.

PINTO, E. B. Espiritualidade e Religiosidade: Articulações. **Rever - Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v.8, n 6, 2009. Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv4_2009/t_brito.pdf. Acesso em: 27 jan. 2015.

RIZZINI, I. **A Institucionalização de Crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2004. Disponível em: http://www.editora.vrc.pucrio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf. Acesso em: 20 fev. 2016

RIZZINI, I. **O Século Perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

ROEHE, M.V. Revendo ideias de Viktor Frankl no centenário do seu nascimento. **Psico**, 2005. Disponível em: <http://www.institutogeist.com.br/wp-content/uploads/2013/05/Ideias-de-Viktor-Frankl.pdf>. Acesso em: 02 fev.2015.

RÖHR, F. Espiritualidade e Formação Humana. **POÍESES – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISUL**, Santa Catarina, v.9, n.11, 2011. Disponível em: www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/.../748/700. Acesso em: 15 fev. 2016.

SANTOS, C. E. B. “OKAIDA” e “ESTADOS UNIDOS” Organizações Criminosas: a nova face da criminalidade em João Pessoa. Paraíba. 2015. 160 f. **Dissertação**. (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SANTOS, M. L.O. Raça e Religião: uma análise psicossocial dos discursos acerca das religiões afro-brasileiras. João Pessoa. 135f. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

SANTOS, W. S.; LOPES, G. S. Psicologia Criminal e Prioridade Axiológica. In: GOUVEIA, V.V. (Org.) **Teoria Funcionalista dos Valores Humanos**: áreas de estudo e aplicações. São Paulo: Vetor, 2016.

SILVA, A. P. S. **(Des)continuidade no Envolvimento com o Crime**: Construção de identidade narrativa de ex-infratores. São Paulo: BCCRIM, 2003.

SILVA, U. K. M.. A relevância social do trabalho de evangelismo em instituições de ressocialização de adolescentes. In: LIMEIRA, A. (Org.). **Diálogos Acadêmicos**. João Pessoa: Ideia, 2014.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1998

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2015.

VAILLANT, G. **Fé: Evidências Científicas**. São Paulo: Manole, 2010.

VALLE, J. E. R. Religião e Espiritualidade: Um olhar psicológico. In: AMATUZZI, M. M. (Org.). **Psicologia e Espiritualidade**. São Paulo: Paulus, 2005.

VERONSE, J. R.; LIMA, F. S. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): breves considerações. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 1(1): 29-46, 2009. Disponível em: www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia. Acesso em: 20 mai. 2016.

VOLPI, M. (Org.). **O adolescente e o Ato Infracional**. São Paulo: Cortez, 2015.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil**. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf . Acesso em: 01 ago. 2016.

ZAMORA, M. H. (Org.) **Para Além das Grades**. Rio de Janeiro: Loyola, 2005.

ZAPPE, J. G.; DIAS, A. C. **Delinquência Juvenil na Produção Científica Nacional: distâncias entre achados científicos e intervenções concretas**. Santa Cruz do Sul: PEPSIC, n° 33, dez., 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000200006>. Acesso em: 01 ago. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE I**Questionário Sociodemográfico**

- 1 - Qual a sua idade? _____
- 2 - Quantas vezes você já foi apreendido no CEA e no CSE? _____
- 3 - Com quem você morava? _____
- 4 - Você estudava antes de ser interno aqui? () Sim () não
- 5 - Qual o grau de sua escolaridade? _____
- 6 - Você tem alguma religião?
- () Não
- () Sim
- Apenas se respondeu “sim” na pergunta anterior
- 6.1 - Qual a sua religião? _____
- 6.2 - Quantas vezes você participava de sua religião?
- () Nunca
- () Uma vez ao ano
- () uma vez ao mês
- () uma vez por semana
- () Mais de uma vez na semana
- 7 - Você participa de alguma prática religiosa no Centro Socioeducativo?
- () Sim
- () Não

ANEXOS

ANEXO I

Questionário dos Valores Básicos - QVB

INSTRUÇÕES. Por favor, leia atentamente a lista de valores descritos a seguir, **considerando seu conteúdo**. Utilizando a escala de resposta abaixo, **indique com um número ao lado de cada valor** o grau de importância que este tem como **princípio que guia sua vida**.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente não importante	Não importante	Pouco importante	Mais ou menos importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante

01. ____ **SEXUALIDADE**. Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
02. ____ **ÊXITO**. Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
03. ____ **APOIO SOCIAL**. Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
04. ____ **CONHECIMENTO**. Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
05. ____ **EMOÇÃO**. Desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras.
06. ____ **PODER**. Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
07. ____ **AFETIVIDADE**. Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
08. ____ **RELIGIOSIDADE**. Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
09. ____ **SAÚDE**. Preocupar-se com sua saúde antes mesmo de ficar doente; não estar física ou mentalmente enfermo.
10. ____ **PRAZER**. Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
11. ____ **PRESTÍGIO**. Saber que muita gente lhe conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por suas contribuições.
12. ____ **OBEDIÊNCIA**. Cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar seus pais, os superiores e os mais velhos.
13. ____ **ESTABILIDADE PESSOAL**. Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planejada.
14. ____ **CONVIVÊNCIA**. Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, esportivo, entre outros.
15. ____ **BELEZA**. Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
16. ____ **TRADIÇÃO**. Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.
17. ____ **SOBREVIVÊNCIA**. Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.
18. ____ **MATURIDADE**. Sentir que conseguiu alcançar seus objetivos na vida; desenvolver todas as suas capacidades.

ANEXO II

A águia e a galinha

Citado por Aquino (2015)

Era uma vez um camponês que foi à floresta vizinha apanhar um pássaro para mantê-lo cativo em sua casa. Conseguiu pegar um filhote de águia. Colocou-o no galinheiro com as galinhas, comendo milho e ração própria para galinhas, embora a águia fosse o rei de todos os pássaros. Depois de cinco anos, este homem recebeu em sua casa a visita de um naturalista. Enquanto passeavam pelo jardim, disse o naturalista:

- Esse pássaro aí não é uma galinha. É uma águia.

- De fato – disse o camponês . – É águia. Mas eu criei como se fosse galinha. Ela não é mais uma águia. Transformou-se em galinha como as outras, apesar das asas de quase três metros de extensão.

- Não – retrucou o naturalista. – Ela é e será sempre uma águia, pois tem um coração de águia. Esse coração a fará um dia voar às alturas.

- Não, não – insistiu o camponês. – Ela virou galinha e jamais voará como águia.

Decidiram, então, fazer uma prova. O naturalista tomou a águia, ergueu-a bem alto e desafiando-a disse:

- Já que você de fato é uma águia, já que você pertence ao céu e não à terra, então abra suas asas e voe!

A águia pousou sobre o braço estendido do naturalista. Olhava distraidamente ao redor. Viu as galinhas lá em baixo, ciscando grãos, e pulou para junto delas.

O camponês comentou:

- Eu lhe disse, ela virou uma simples galinha.

- Não – Tornou a insistir o naturalista. – Ela é uma águia. E uma águia será sempre uma águia. Vamos experimentar novamente amanhã.

No dia seguinte, o naturalista subiu com a águia no teto da casa. Sussurrou-lhe:

- Águia, já que você é uma águia, abra suas asas e voe!

Mas quando a águia viu lá em baixo as galinhas ciscando o chão, pulou e foi para junto delas.

O camponês sorriu e voltou à carga:

- Eu lhe disse, ela virou galinha!

- Não – respondeu firmemente o naturalista. – Ela é uma águia, possuirá sempre um coração de águia. Vamos experimentar ainda uma última vez. Amanhã a farei voar.

No dia seguinte, o naturalista e o camponês levantaram bem cedo. Pegaram a água, levantaram-na para fora da cidade, longe das casas dos homens, no alto da montanha. O sol nascente dourava os picos das montanhas.

O naturalista ergueu a água para o alto e ordenou-lhe:

- Água, já que você pertence ao céu e não à terra, abra as suas asas e voe!

A água olhou ao redor. Tremia como se experimentasse nova vida. Mas não voou. Então o naturalista a segurou firmemente, bem na direção do sol, para que seus olhos pudessem encher-se da claridade solar e da vastidão do horizonte.

Nesse momento, ela abriu suas potentes asas, grasnou com o típico kau-kau das águias e ergueu, soberana, sobre si mesma. E começou a voar, a voar para o alto, a voar cada vez para mais alto. Voou... voou... até confundir-se com o azul do firmamento

ANEXO III

“Um sábio e um equilibrista”

Citado por Aquino (2015)

Certa vez, numa prisão, um sábio e respeitado ancião, cumprindo pena por perseguições políticas e religiosas, acabou fazendo amizade com outro prisioneiro, um equilibrista de circo, perito em andar em arames. Um dia o velho sábio perguntou ao artista se ele não tinha medo de cair do arame. O homem respondeu que não, porque sabia os segredos da arte de se equilibrar num arame. O sábio não entendia. Como o equilibrista poderia não ter medo se caminhava vários metros acima do solo, sem nenhuma proteção, nem tela, nem cordas de segurança, já que na época não eram usadas tais precauções?

Certo dia, após a morte do ditador desse país, houve um relaxamento político e os prisioneiros, em sua maioria, foram soltos. Uma grande festa foi organizada pelos prisioneiros. O equilibrista armou bem alto um arame para mostrar sua arte.

Iniciaram –se os festejos, as demonstrações, os aplausos, até que o equilibrista entrou em cena, cuidadosamente observado pelo velho sábio.

No início meio recalcitrante, inseguro – fazia muito tempo que não praticava, mas logo em seguida, caminhou firme e elegante sobre o arame. Aproximou-se da outra extremidade, fez meia-volta, houve uma vacilação, titubeou, quase caiu, mas logo recobrou seu senso de equilíbrio e terminou seu ato.

Mais tarde, aproximou-se do sábio e perguntou:

- Então, meu bom amigo, viu só como é fácil caminhar num arame?
- Parece fácil para quem sabe seus segredos. Para quem não sabe é muito difícil, as vezes até impossível – respondeu o velho.
- Pois então, meu velho, diga-me qual é o segredo que faz a diferença entre caminhar ou cair do arame? O segredo está nos meus pés ou nos meus braços?
- Nem nos pés, nem nos braços. O segredo está nos olhos!
- Nos meus olhos? Como assim?

- Eu observei seus movimentos com os braços, cada vez que seu equilíbrio diminuía; vi também que seus pés e pernas ficavam levemente angulados e que você procurava manter a angulação enquanto caminhava...
- Então como é que meu segredo está nos olhos
- O segredo está em seus olhos porque sempre que você mantinha um bom equilíbrio não olhava para baixo, para o arame, mirava para frente, para o bastão que marca a extremidade do arame.
- Meu velho você está absolutamente certo. Mas conte-me, como percebeu meu segredo?
- Simples. No final da sua caminhada, quando você fez a meia volta, por um momento, deixou de olhar para o bastão, perdeu sua referência e, nesse momento desequilibrou-se. Logo que ergueu os olhos e fixou-os no outro bastão da extremidade de onde veio, aí sim recuperou seu equilíbrio.
- E por que esse sorriso em seu rosto?
- Porque acabo de perceber que tudo isso serviu para aprender mais uma lição de vida.
- Como assim?
- Na vida, se você fica olhando para os seus problemas, eles o derrubarão, No entanto, você pode ser capaz de proezas se souber de onde veio e aonde quer chegar. Para isso, no entanto, é preciso manter seus olhos firmes no seu objetivo... e...mover-se! Obrigado por essa lição valiosa.

ANEXO IV**Epitáfio****(Titãs)**

Devia ter amado mais
Ter chorado mais
Ter visto o sol nascer
Devia ter arriscado mais e até errado mais
Ter feito o que eu queria fazer
Queria ter aceitado as pessoas como elas são
Cada um sabe a alegria e a dor que traz no coração

O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar distraído
O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar...

Devia ter complicado menos, trabalhado menos
Ter visto o sol se pôr
Devia ter me importado menos com problemas pequenos
Ter morrido de amor
Queria ter aceitado a vida como ela é
A cada um cabe alegrias e a tristeza que vier

O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar distraído
O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar...

Devia ter complicado menos, trabalhado menos
Ter visto o sol se pôr

ANEXO V**Discussão da música: Ostentar esperança****(Mc Gui)**

Não nasci na rua
Mas me joguei nela
Sou mero aprendiz
Na vida de favela

Tenho certeza
Que a fé nunca morre
E a vida real não parece novela

Se hoje eu tenho quero dividir
Ostentar pra esperança levar
Pras crianças nunca desistir
Um sonho que leve a gente acreditar

Peço pra Deus o caminho iluminar
Que a luta que eu travo não me traga dor
Eu faço o possível pra gente ganhar
A guerra de miséria que a gente criou

Cê tá ligado, o quanto é difícil
Quando lá em cima querem derrubar
Mas quando embaixo se pede ajuda
Ninguém dá a mão se é pra te levantar

Sonhar, nunca desistir
Ter fé, pois fácil não é e nem vai ser
Tentar até se esgotar suas forças
Se hoje eu tenho quero dividir
Ostentar pra esperança levar

Sonhar, nunca desistir
Ter fé, pois fácil não é e nem vai ser
Tentar até se esgotar suas forças
Se hoje eu tenho quero dividir
Ostentar pra esperança levar e o mundo sorrir

Criança quer ser jogador pra dar pra
Família um futuro melhor
Acende essa luz ai no fim do túnel
Que é pra esse menor no futuro enxergar
Se hoje eu tenho quero dividir
Ostentar pra esperança levar
Pras crianças nunca desistir
Um sonho que leve a gente acreditar

Acredito e tenho o pé no chão vou fazer
Um som me jogar no mundão
Quero ser do bem não importa o estilo
Com tanto que tenha tudo que eu preciso

Minha família tá sempre aumentando, meus amigos
Só vem pra somar, quando eu sinto
Que tá me atrasando já chuto pra longe
Pra não mais voltar

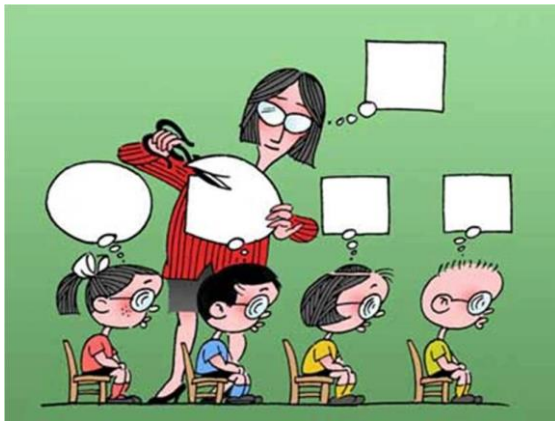
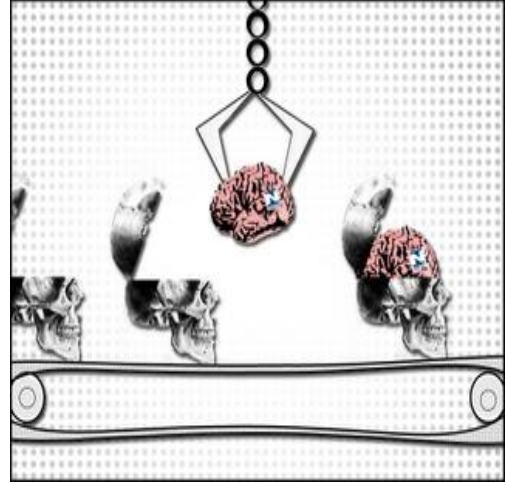
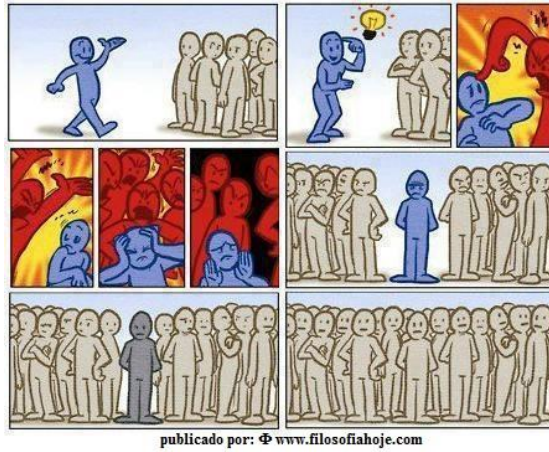
Sonhar, nunca desistir
Ter fé, pois fácil não é e nem vai ser
Tentar até se esgotar suas forças
Se hoje eu tenho quero dividir
Ostentar pra esperança levar

Sonhar, nunca desistir
Ter fé, pois fácil não é e nem vai ser
Tentar até se esgotar suas forças

Se hoje eu tenho quero dividir

Ostentar pra esperança levar e o mundo sorrir

ANEXO VI



ANEXO VII**Auto reverse (O Rappa)**

Felizes, de uma maneira geral, geral
Estamos vivos, aqui agora brilhando com um cristal
Somos luzes, que faiscam no caos
E vozes abrindo um grande canal

Nós estamos na linha do tiro
Caçando os dias em horas vazias
Vizinhos do cão
Mas sempre rindo e cantando
Nunca em vão

Uma doce família
Que tem a mania
De achar alegria
Motivo e razão
Onde dizem que não
Aí que tá a mágica, meu irmão

Tá aqui e agora
No ar que rodeia
No som que nos cerca
No olho que vê
E não consegue tocar
Aí que tá o segredo, meu irmão
Que pulsa no peito
Que sente e não julga
Que tira do sério
E ascende um na cidade
E não dá pra explicar
Aí que tá o mistério, meu irmão

Descobrir o que liberta o sol
Que faz buraco
Furação do escuro, escuro, escura
Esquecer ao menos uma noite
O medo, o mal real
Que te segura

Nós estamos na linha do tiro
Caçando os dias em horas vazias
Vizinhos do cão, cão, cão
Mas sempre rindo e cantando
Nunca em vão

Uma doce família
Que tem a mania
De achar alegria
Motivo e razão
Onde dizem que não
Aí que tá a mágica, meu irmão

Leve e auto-reverse
Plugado no peito
Mostrando outro jeito
Batendo de frente
Com o bicho feroz, com o bicho feroz

Pense quanto impulso
Vem de tudo ao seu redor, seu redor
Pense tudo quanto
Pode ser melhor, ser melhor

Felizes, de uma maneira geral
Estamos vivos, brilhando com um cristal

Somos luzes, que faiscam no caos
E vozes abrindo um grande canal

Nós estamos na linha do tiro
Caçando os dias em horas vazias
Vizinhos do cão, cão, cão
Rindo e cantando
Nunca em vão

Uma doce família
Que tem a mania
De achar alegria
Motivo e razão
Onde dizem que não
Aí que tá a mágica, meu irmão
Aí que tá a mágica, meu irmão

ANEXO VIII

Anjos (pra quem tem fé)

O Rappa

Oh Lord, oh Lord, oh Lord, oh Lord

Lord, Lord, Lord, Lord

Oh Lord, oh Lord, oh Lord, oh Lord

Lord, Lord, Lord, Lord

Em algum lugar, pra relaxar

Eu vou pedir pros anjos cantarem por mim

Pra quem tem fé

A vida nunca tem fim

Não tem fim

É

Se você não aceita o conselho, te respeito

Resolveu seguir, ir atrás, cara e coragem

Só que você sai em desvantagem se você não tem fé

Se você não tem fé

Te mostro um trecho, uma passagem de um livro antigo

Pra te provar e mostrar que a vida é linda

Dura, sofrida, carente em qualquer continente

Mas boa de se viver em qualquer lugar

É

Volte a brilhar, volte a brilhar

Um vinho, um pão e uma reza

Uma lua e um sol, sua vida, portas abertas

Em algum lugar, pra relaxar

Eu vou pedir pros anjos cantarem por mim

Pra quem tem fé
A vida nunca tem fim
Não tem fim

Mostro um trecho, uma passagem de um livro antigo
Pra te provar e mostrar que a vida é linda
Dura, sofrida, carente em qualquer continente
Mas boa de se viver em qualquer lugar

Podem até gritar, gritar
Podem até barulho então fazer
Ninguém vai te escutar se não tem fé
Ninguém mais vai te ver

Inclinar seu olhar sobre nós e cuidar
Inclinar seu olhar sobre nós e cuidar
Inclinar seu olhar sobre nós e cuidar
Inclinar seu olhar sobre nós e cuidar

Pra você pode ser

Em algum lugar, pra relaxar
Eu vou pedir pros anjos cantarem por mim
Pra quem tem fé
A vida nunca tem fim

Pra você pode ser
Pode ser
Pra você pode ser

Nunca tem fim (A fé na vitória tem que ser inabalável)
Nunca tem fim (A fé na vitória tem que ser inabalável)
Nunca tem fim (A fé na vitória tem que ser inabalável)

A fé na vitória tem que ser inabalável

Pra você pode ser

Pra você pode ser

Pra você pode ser

Em algum lugar, pra relaxar

Eu vou pedir pros anjos cantarem por mim

Pra quem tem fé

A vida nunca tem fim

Não tem fim

ANEXO IX

A Vida É Desafio

Racionais Mc's

Sempre fui sonhador, é isso que me mantém vivo
Quando pivete, meu sonho era ser jogador de futebol, vai vendo
Mas o sistema limita nossa vida de tal forma
Que tive que fazer minha escolha, sonhar ou sobreviver
Os anos se passaram e eu fui me esquivando do ciclo vicioso
Porém, o capitalismo me obrigou a ser bem sucedido
Acredito que o sonho de todo pobre é ser rico
Em busca do meu sonho de consumo
Procurei dar uma solução rápida e fácil pros meus problemas:
O crime, mas é um dinheiro amaldiçoado
Quanto mais eu ganhava, mais eu gastava
Logo fui cobrado pela lei da natureza, vish
14 anos de reclusão
Barato é loco, barato é loco

É necessário sempre acreditar que o sonho é possível
Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível
Que o tempo ruim vai passar, é só uma fase
E o sofrimento alimenta mais a sua coragem
Que a sua família precisa de você
Lado a lado se ganhar pra te apoiar se perder
Falo do amor entre homem, filho e mulher
A única verdade universal que mantém a fé
Olho as crianças que é o futuro e a esperança
Que ainda não conhecem, não sentem o que é ódio e ganância
Eu vejo o rico que teme perder a fortuna
Enquanto o mano desempregado, viciado, se afunda
Falo do enfermo, irmão, falo do são, então

Falo da rua que pra esse louco mundão
Que o caminho da cura pode ser a doença
Que o caminho do perdão às vezes é a sentença
Desavença, treta e falsa união
A ambição é como um véu que cega os irmão
Que nem um carro guiado na estrada da vida
Sem farol no deserto das trevas perdidas
Eu fui orgia, ébrio, louco, mas hoje ando sóbrio
Guardo o revólver quando você me fala em ódio
Eu vejo o corpo, a mente, a alma, o espírito
Ouço o repente e o que diz lá no canto lírico
Falo do cérebro e do coração
Vejo egoísmo, preconceito de irmão pra irmão
A vida não é o problema, é batalha, desafio
Cada obstáculo é uma lição, eu anuncio

É isso aí, você não pode parar
Esperar o tempo ruim vir te abraçar
Acreditar que sonhar sempre é preciso
É o que mantém os irmãos vivos

Várias famílias, vários barracos
Uma mina grávida
E o mano tá lá trancafiado
Ele sonha na direta com a liberdade
Ele sonha em um dia voltar pra rua longe da maldade
Na cidade grande é assim
Você espera tempo bom e o que vem é só tempo ruim
No esporte, no boxe ou no futebol
Alguém sonhando com uma medalha o seu lugar ao sol, porém
Fazer o que se o maluco não estudou
500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou
Desesperô aí, cena do louco
Invadiu o mercado farinhado armado e mais um pouco

Isso é reflexo da nossa atualidade
Esse é o espelho derradeiro da realidade
Não é areia, conversa, xaveco
Porque o sonho de vários na quebrada é abrir um boteco
Ser empresário não dá, estudar nem pensar
Tem que tramar ou ripar pros irmãos sustentar
Ser criminoso aqui é bem mais prático
Rápido, sádico, ou simplesmente esquema tático
Será instinto ou consciência
Viver entre o sonho e a merda da sobrevivência

O aprendizado foi duro
E mesmo diante desse revés não parei de sonhar
Fui persistente, porque o fraco não alcança a meta
Através do rap corri atrás do preju
E pude realizar meu sonho
Por isso que eu, Afro-X, nunca deixo de sonhar

Conheci o paraíso e eu conheço o inferno
Vi Jesus de calça bege e o diabo vestido de terno
No mundo moderno, as pessoas não se falam
Ao contrário, se calam, se pisam, se traem, se matam
Embaralho as cartas da inveja e da traição
Copa, ouro e uma espada na mão
O que é bom é pra si e o que sobra é do outro
Que nem o sol que aquece, mas também apodrece o esgoto
É muito louco olhar as pessoas
A atitude do mal influencia a minoria boa
Morrer à toa, que mais? Matar à toa, que mais?
Ser presa à toa, sonhando com uma fita boa
A vida voa e o futuro pega
Quem se firmô, falô
Quem não ganhou, o jogo entrega
Mais um queda em 15 milhões

Na mais rica metrópole, suas várias contradições
É incontável, inaceitável, implacável, inevitável
Ver o lado miserável se sujeitando com migalhas, favores
Se esquivando entre noite de medo e horrores
Qual é a fita, a treta, a cena?
A gente reza, foge, continua sempre os mesmo problema
Mulher e dinheiro tá sempre envolvido
Vaidade, ambição, munição pra criar inimigo
Desde o povo antigo foi sempre assim
Quem não se lembra que Abel foi morto por Caim
Enfim, quero vencer sem pilantrar com ninguém
Quero dinheiro sem pisar na cabeça de alguém
O certo é certo na guerra ou na paz
Se for um sonho não me acorde nunca mais
Roleta russa, quanto custa engatilhar?
Eu pago o dobro pra você em mim acreditar

É isso aí você não pode parar
Esperar o tempo ruim vir te abraçar
Acreditar que sonhar sempre é preciso
É o que mantém os irmãos vivos

Geralmente quando os problemas aparecem
A gente está desprevenido né, não?
Errado!
É você que perdeu o controle da situação
Perdeu a capacidade de controlar os desafios
Principalmente quando a gente foge das lição
Que a vida coloca na nossa frente assim, tá ligado?
Você se acha sempre incapaz de resolver
Se acovarda, morô?
O pensamento é a força criadora
O amanhã é ilusório
Porque ainda não existe

O hoje é real
É a realidade que você pode interferir
As oportunidades de mudança
Tá no presente
Não espere o futuro mudar sua vida
Porque o futuro será a consequência do presente
Parasita hoje, um coitado amanhã
Corrida hoje, vitória amanhã
Nunca esqueça disso, irmão

ANEXO X

Se avexe não

Amanhã pode acontecer tudo

Inclusive nada

Se avexe não

A lagarta rasteja até o dia

Em que cria asas

Se avexe não

Que a burrinha da felicidade

Nunca se atrasa

Se avexe não

Amanhã ela pára na porta

Da sua casa

Se avexe não

Toda caminhada começa

No primeiro passo

A natureza não tem pressa

Segue seu compasso

Inexoravelmente chega lá

Se avexe não

Observe quem vai subindo a ladeira

Seja princesa ou seja lavandeira

Pra ir mais alto vai ter que suar A natureza das coisas

ANEXO XI**O escultor****Citado por Aquino (2015)**

Um escultor trabalha em uma grande oficina, rodeado de crianças. Todas as crianças do bairro são suas amigas. Um belo dia o prefeito lhe encomenda um grande cavalo. Para uma praça da cidade. Um caminhão traz á oficina o bloco gigante de granito. O escultor sobe em uma escada e inicia o trabalho, a golpes de martelo e cinzel. As crianças observam o seu trabalho. Então, as crianças partem de férias, rumo ás montanhas ou à praia. Quando regressam, o escultor mostra o cavalo pronto. Uma das crianças, com os olhos muito abertos, lhe pergunta: - Mas como você sabia que dentro daquela pedra havia um cavalo.